



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

ALEX SANDRO GIRALDELO DOS SANTOS

CELSO FURTADO NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO
A BIOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA

CAMPO GRANDE

2025

ALEX SANDRO GIRALDELO DOS SANTOS

CELSO FURTADO NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO
A BIOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA

2025



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**

ALEX SANDRO GIRALDELO DOS SANTOS

CELSO FURTADO NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

A BIOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA

**CAMPO GRANDE
2025**

ALEX SANDRO GIRALDELO DOS SANTOS

CELSO FURTADO NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO
A BIOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Prof.(a) Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Co-Orientador(a): _____

CAMPO GRANDE

MARÇO/2025

S233c Santos, Alex Sandro Giraldele dos

Celso Furtado no contexto desenvolvimentista brasileiro: a biografia como recurso no ensino de história / Alex Sandro Giraldele dos Santos – Campo Grande, MS: UEMS, 2025. 104 f.

Dissertação (Mestrado) – ProfHistória – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

1. Celso Furtado, 1920–2004. 2. História do Brasil – 1945–1964. 3. Biografia como recurso didático. 4. Ensino de História

CDD 23. ed. - 372.89

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Joyce Mirella dos Anjos Viana, CRB nº 3530 - 1ª Região.

CELSO FURTADO NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO
A BIOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE HISTÓRIA

ALEX SANDRO GIRALDELO DOS SANTOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENSINO DE HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr. Fabricio Antonio Deffacci
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr. Braz Batista Vas
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Campo Grande/MS, 28 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de expressar minha profunda gratidão à minha família, em especial à minha mãe, Marta Giraldele, que sempre me incentivou e apoiou em todos os momentos, sobretudo nos mais desafiadores. Meu agradecimento e reconhecimento por todo o amor e incentivo.

Registro também minha sincera gratidão à minha orientadora, Prof^a Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, cuja dedicação, paciência e orientações foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa. Agradeço imensamente pela generosidade intelectual e pelo incentivo constante durante toda esta jornada.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Agradeço pelas valiosas contribuições acadêmicas, especialmente à Prof^a Dra. Manuela Areias Costa e ao Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco.

Aos colegas e amigos, especialmente ao querido amigo Rafael Sampaio de Queiroz, que tanto me incentivou ao longo desta jornada, e às amigas Aline Rafaela Portílio Lemes e Karinne Martins Esteves, que compartilharam comigo este percurso acadêmico, expressei minha profunda gratidão. Agradeço pela troca de experiências, colaboração, diálogos produtivos e momentos de intenso companheirismo que vivemos.

Mas a realidade é que eu nunca fui apenas ou principalmente um intelectual. Aquela paixão pelos problemas sociais, que nos infectou a todos mais de um quarto de século atrás, a mim correspondia a alguma necessidade de tipo quase fisiológico. A verdade é que nunca pude livrar-me disso, que nunca dei nenhum passo fundamental que não fosse em função disso.

Celso Furtado

SANTOS, Alex Sandro Giraldele. **Celso Furtado no contexto desenvolvimentista brasileiro**: a biografia como recurso no ensino de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2025.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a participação de Celso Furtado, como político, economista e intelectual, no processo de elaboração do desenvolvimento social e econômico no Brasil no período de 1945 a 1964. A partir de aspectos biográficos de Celso Furtado buscamos demonstrar a importância da biografia como possibilidade didático-metodológica para o ensino de História. Ao propor a análise do cenário desenvolvimentista no Brasil (1945-1964), estamos considerando que Celso Furtado foi um dos mais relevantes intelectuais do século XX no Brasil, e também parte fundamental na propositura da política desenvolvimentista no país. Dessa forma, suas contribuições se estendem para além das proposições teóricas, materializando-se em políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, sua visão de desenvolvimentismo não representa a totalidade de concepções desenvolvimentistas à época, o que se pretende demonstrar neste trabalho a partir da análise qualitativa das evidências coletadas nas biografias e autobiografias de Celso Furtado, assim como em obras correlatas.

Palavras-chave: Ensino de História; Celso Furtado; desenvolvimentismo; biografia.

SANTOS, Alex Sandro Giraldele. Celso Furtado en el contexto desarrollista brasileño: la biografía como recurso en la enseñanza de la Historia. Disertación (Maestría Profesional en Enseñanza de la Historia - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2025.

RESUMEN

La presente disertación tiene como objetivo analizar la participación de Celso Furtado, como político, economista e intelectual, en el proceso de formulación del desarrollo social y económico en Brasil entre los años 1945 y 1964. A partir de aspectos biográficos de Celso Furtado, buscamos demostrar la importancia de la biografía como posibilidad didáctico-metodológica para la enseñanza de la Historia. Al proponer el análisis del escenario desarrollista en Brasil (1945-1964), consideramos que Celso Furtado fue uno de los intelectuales más relevantes del siglo XX en el país, así como una figura clave en la propuesta de la política desarrollista nacional. De este modo, sus contribuciones van más allá de las proposiciones teóricas, materializándose en políticas públicas orientadas al desarrollo económico brasileño. No obstante, su visión del desarrollismo no representa la totalidad de las concepciones desarrollistas de la época, lo que se pretende demostrar en este trabajo a partir del análisis cualitativo de las evidencias recopiladas en biografías y autobiografías de Celso Furtado, así como en obras afines.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Celso Furtado; desarrollismo; biografía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E/OU FIGURAS

Figura 1 – Celso Furtado (à esquerda), seus pais Maria Alice e Maurício (ao centro), sua irmã Helana (à direita), seus irmãos Aída, Antonieta e Jorge (ao fundo), Mario e Jair (à frente).....	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSP – Associação Comercial de São Paulo

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNC – Conselho Nacional de Educação

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPPGI - Câmara de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FCSP – Federação do Comércio de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubitschek

MS – Mato Grosso do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PROFHISTÓRIA – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História

PSD – Partido Social Democrático

SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	22
1.1. BIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA	26
1.2. CELSO FURTADO: UMA BIOGRAFIA	34
1.3. UMA LONGA TRAJETÓRIA.....	41
1.4. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL	46
 CAPÍTULO 2: CELSO FURTADO E O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO	
BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1945-1964.....	55
2.1. ATUAÇÃO COMO AGENTE PÚBLICO	57
2.2. CELSO FURTADO E OUTROS AGENTES DO CENÁRIO ECONÔMICO..	64
2.2.1. OS NEOLIBERAIS	65
2.2.2. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PRIVADO	71
2.2.3. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PÚBLICO (NÃO- NACIONALISTAS)	75
2.2.4. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PÚBLICO (NACIONALISTAS)	78
2.2.5. SOCIALISTAS	82
 CAPÍTULO 3: CONCEITOS PARA ENTENDER A BIOGRAFIA DE CELSO	
FURTADO APLICADA AO ENSINO DE HISTÓRIA.....	87
3.1. DICIONÁRIO DE TERMOS E CONCEITOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Me recordo que desde pequeno, ainda na escola, quando criança ou mesmo na adolescência, especialmente nas aulas de História e Geografia, tinha especial interesse em saber mais ou melhor sobre as formas de organização econômica das diferentes sociedades. Ouvia as explicações dos professores, fazia as leituras dos textos, analisava as imagens dos livros, e me interessavam, sobretudo, os “porquês” das tantas desigualdades, não percebia sentido ou razão de determinados países serem ricos, outros pobres e os desdobramentos disso nas nossas vidas, isso me acompanhou.

O interesse específico na temática discutida nesta dissertação, remonta ao primeiro semestre do ano de 2014, período no qual cursava o quinto semestre do curso de licenciatura em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na cidade de Nova Andradina. No decorrer da disciplina de História do Brasil III, ministrada pelo professor Dr. Ricardo Oliveira da Silva, tive contato, entre outros, com o texto “Formação Econômica do Brasil”, de autoria de Celso Furtado, o qual me despertou interesse em estudar sobre a formação do Brasil, a partir do enfoque da história econômica.

A partir das leituras e das minhas inquietações nessa época, me deparei com um autor que falava especificamente sobre alguns dos “porquês”, que há tempos me acompanham e eu desejava entender. Baseado no livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, publicado originalmente no ano de 1961, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso, que resumidamente, buscou analisar a construção dos conceitos de *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* presentes na obra de Celso Furtado. Concluída a graduação, por questões de diversas ordens, não pude dar sequência imediata nos estudos.

Em 2023, com o ingresso no PROFHISTÓRIA, vislumbrei a possibilidade de retomar e aprofundar, no âmbito da pós-graduação, o estudo acerca das questões em torno do desenvolvimento econômico, desta vez, problematizando e evidenciando por meio da biografia de Celso Furtado, o cenário e as múltiplas correntes desenvolvimentistas no Brasil, no período de 1945-1964, o que representa, portanto, uma justificativa de ordem pessoal.

Ao longo do século XX, houve diversas propostas de reformulação do modelo econômico brasileiro, as quais emergiram de múltiplos atores, dentre eles, um dos mais proeminentes no período, foi o economista Celso Furtado, que além da produção intelectual amplamente reconhecida, atuou diretamente como agente público, na tentativa de materializar suas propostas em ações políticas concretas.

Celso Furtado, nascido em Pombal, Paraíba, em 1920, foi um conceituado economista brasileiro, destacando-se tanto por sua trajetória intelectual quanto por sua atuação política. Considerado um dos principais expoentes do pensamento desenvolvimentista no Brasil ao longo do século XX, suas contribuições foram relevantes para a formulação de políticas econômicas voltadas ao crescimento e à redução das desigualdades regionais.

Desse modo, a presente dissertação teve como foco analisar a importância da atuação de Celso Furtado no cenário político-econômico tomando com eixo norteador o desenvolvimentismo no Brasil, entre os anos de 1945 a 1964, tendo como ponto referencial, aspectos singulares da biografia e produção intelectual do economista, além de discutir as possibilidades do uso da referida biografia no âmbito do Ensino de História.

De modo geral, o desenvolvimentismo pode ser sintetizado como “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e do apoio decisivo do Estado” (Bielschowsky, 1988, p. 34).

No início da década de 50, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia [...] Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. [...] Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. (Fausto, 2006, p. 409)

É possível identificar políticas públicas voltadas ao desenvolvimentismo desde a década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, no entanto, a política desenvolvimentista no Brasil, foi evidenciada mais fortemente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com Vânia Maria Losada Moreira,

[Juscelino] tomou para si diversos desafios: governar estritamente dentro dos limites constitucionais e democráticos; acelerar o desenvolvimento econômico, implantando novas indústrias e prometendo fazer em cinco anos o que levaria cinquenta; e integrar a nacionalidade, [...] construindo a nova

capital [...], no Planalto Central do país. Resumia seu governo com as ideias de movimento, ação e desenvolvimento. Seu maior compromisso foi acelerar as transformações e o crescimento econômico do "gigante adormecido" para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, por todos os seus habitantes. (Moreira, 2003, p. 157-158)

A noção de desenvolvimentismo que pode, num primeiro momento, aparentar uma ideia de homogeneidade, no entanto, se mostrou bastante diversa no Brasil do século XX. A política desenvolvimentista brasileira contou com diversos atores e sujeitos, muitas vezes, com visões completamente opostas entre si, o que será tratado mais adiante.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, Celso Furtado assumiu uma diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, onde elaborou o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, que em 1959, resultou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, uma autarquia do governo federal, que historicamente atua na criação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro, com o objetivo de reduzir as disparidades regionais, especialmente com relação às regiões mais desenvolvidas do país.

Mais tarde entre os anos de 1963 e 1964, esteve à frente do Ministério de Estado Extraordinário do Planejamento, durante o governo de João Goulart, ocasião na qual, foi responsável pela elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, lançado em 1962. O plano foi concebido como uma resposta à crise econômica que o país enfrentava à época e tinha como objetivo promover o crescimento econômico, a redução da inflação e estimular o desenvolvimento econômico e social.

É possível inferir, portanto, que Celso Furtado, além de um destacado intelectual, atuou como um agente político importante, comprometido principalmente com as políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste, mas de também com propostas que buscavam alterar o modelo econômico brasileiro com vistas a alcançar a condição de país desenvolvido, superando o subdesenvolvimento.

Outra dimensão a ser considerada como justificativa para esta pesquisa, refere-se ao fato de que Celso Furtado foi uma figura que legou importantes contribuições para o estudo e compreensão do Brasil, em especial, a partir das análises e proposições no âmbito da economia brasileira. O autor dedicou sua trajetória

intelectual e política a buscar formas de compreender e atuar sobre o fenômeno do *subdesenvolvimento econômico*, no país.

Celso Furtado faz parte de uma tradição mais ampla de trabalhos sobre o Brasil e a América Latina. Seu esforço é principalmente o de captar a especificidade de nossas sociedades, explicando como são diferentes dos casos “clássicos”, a saber, europeus e norte-americano. Mas dentro do quadro maior, de estudos sobre o Brasil e a América Latina, Furtado se destaca de outros autores por ter sido um dos poucos a intervir diretamente na realidade, o que tanto seus interesses como experiência de vida permitiram. (Ricupero, 2005, p. 371).

No âmbito do Ensino de História, inicialmente, consideremos que há uma demanda do próprio Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, onde a temática coaduna de modo direto com as habilidades:

1. MS.EF09HI17.s.20: Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.
2. MS.EF09HI17.s.21: Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. (Mato Grosso do Sul, 2019)

Ambas as habilidades, previstas para serem abordadas no nono ano do ensino fundamental, têm como objeto do conhecimento: *“O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação”* (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 775).

Dessa forma, sinaliza-se a partir do documento referencial, a necessidade de compreensão das dinâmicas do período, marcado por inúmeras transformações na sociedade brasileira, motivadas, sobretudo, pelo ideal de modernização do país e superação do subdesenvolvimento.

Ademais, conhecer minimamente os atores e ideias do cenário desenvolvimentista, dentre os quais, destaca-se Celso Furtado, perpassa a compreensão de um momento relevante na história do país, haja vista que tal ideologia influenciou diretamente sobre as tomadas de decisão do período, influenciando diversas das dinâmicas nacionais, seja no cenário político, econômico ou social.

Além disso, e aqui um dos elementos centrais da pesquisa, as biografias situam, de algum modo, as pessoas em contextos históricos específicos, o que pode facilitar a compreensão das interações e interrelações entre fatores pessoais/individuais e sociais/coletivos. Conhecer sobre a vida de Celso Furtado, por

exemplo, pode ser uma via, um meio, uma possibilidade de construir conhecimento sobre um período particular da história do Brasil, a partir de um personagem específico.

De acordo com Pierre Bourdieu, a biografia histórica deve, necessariamente considerar uma abordagem mais ampla e contextualizada do seu objeto, que leve em consideração não apenas as características individuais, mas também as condições sociais e estruturais que moldam a vida das pessoas,

Tentar entender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos sem outro vínculo além da associação a um "sujeito" cuja constância é sem dúvida aquela do nome próprio é tão absurdo quanto tentar explicar a trajetória do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz de relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 2006, p. 189-190).

Depreende-se, portanto, que por meio da biografia, é possível e deve-se chegar a um contexto maior, alcançar a realidade na qual o biografado está ou esteve inserido, possibilitando a compreensão de cenários mais amplos. Neste caso específico, isso significa analisar o contexto desenvolvimentista brasileiro, a partir de um de seus representantes.

Por fim, uma última justificativa se refere ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esta dissertação poderá contribuir para diversificação das pesquisas já desenvolvidas no âmbito deste programa, nesta universidade. Ao propor, ainda que sob uma dimensão biográfica, a primeira das dissertações do programa a tratar de história econômica, é possível que novos trabalhos sejam construídos nesse sentido, ampliando o repositório de temáticas abordadas nas dissertações do PROFHISTÓRIA/UEMS, favorecendo debates e proposições, sob enfoques diversos.

Quanto às fontes, foram analisadas diversas produções do economista, com destaque para *Obra Autobiográfica* (2014) e *Diários Intermitentes* (2019), assim como obras que versam sobre Celso Furtado, desde sua vida pessoal, passando pela produção intelectual e sua atuação como agente público.

Para analisar as fontes selecionadas optamos pela metodologia qualitativa da produção intelectual de Celso Furtado, visando com isso compreender o contexto desenvolvimentista brasileiro durante a Quarta República Brasileira.

Inicialmente a pesquisa se concentrou no levantamento das fontes, onde o objetivo foi a seleção, dentre a ampla produção de e a respeito de Celso Furtado, elencando as obras de maior relevância e interlocução com o objetivo geral da pesquisa, assim como fontes que permitam melhor compreensão sobre o desenvolvimentismo no Brasil, sem necessariamente, ter Celso Furtado como partícipe direto.

Posteriormente, na etapa de análise das fontes, foi realizada a exegese e crítica do material, por meio da abordagem biográfica. Nesse sentido,

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das "vozes" que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como "sem documentos não há História", os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação. (Borges, 2011, p. 212)

Nesse ponto, autores como Pierre Bourdieu e Geovanni Levi contribuíram quanto à problematização das fontes. Deste se destaca a abordagem da micro-história, ao tomar Celso Furtado como ponto referencial para a compreensão de um contexto social mais amplo. Daquele, os cuidados para não tomar a biografia como uma sequência de eventos, mas sim como um processo complexo influenciado por fatores sociais, econômicos e políticos.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, ou seja, como uma narrativa coerente de uma sequência significativa de acontecimentos concatenados, talvez implique sacrificar-se a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária insiste em fortalecer. (Bourdieu, 2006, p. 185).

Jean-François Sirinelli também contribuiu com a crítica. Ao propor o conceito de *itinerário*, o autor salienta que aquele que se dedica ao estudo dos intelectuais deve procurar analisar a procedência desse intelecto estudado, ou seja, o pesquisador deve abordar o seu objeto, entre outras coisas, a partir de seu lugar de formação, buscando localizar o período e a causa que atraiu esses intelectuais para seus respectivos temas, reconstituindo o percurso – *itinerário* – percorrido pelo intelectual, objeto de seu estudo.

Desse modo, buscou-se a compreensão do papel de Celso Furtado naquele dado momento e espaço, sem perder de vista a percepção de que um intelectual é de

certa forma, a personificação de ideologias, ao mesmo tempo em que atua como difusor dessas ideias, neste caso, o desenvolvimentismo.

Considerando a Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS nº 299, de 28 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul, nº 10.655, de 14 de outubro de 2021, que *Aprova a Reformulação do Regulamento do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade Universitária de Campo Grande,*

A dissertação do PROFHISTÓRIA tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas diferentes formas de representação do passado. (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 154).

Dessa forma e conforme possibilidades expressas no Regulamento Interno do PROFHISTÓRIA/UEMS, optou-se por elaborar a dissertação em formato de texto dissertativo, visando contribuir, de algum modo, com a ampliação dos debates no campo da historiografia e, sobretudo, como algo que possa colaborar para o ensino de História na educação básica, ao propor reflexões acerca do ciclo desenvolvimentista no Brasil e sobre o uso de biografias no ensino de história.

Nesse sentido, a dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado a uma discussão sobre o uso da biografia no Ensino de História e a apresentação de Celso Furtado como ponto focal da pesquisa. Foram discutidos aspectos de sua vida pessoal, formação acadêmica e produção intelectual, com destaque para suas contribuições ao debate desenvolvimentista no Brasil.

Já no segundo capítulo buscamos realizar uma discussão sobre o cenário desenvolvimentista brasileiro, que não se restringe à figura de Celso Furtado, considerando-se o recorte entre os anos 1945-1964, o qual se refere ao intervalo democrático entre o fim do Estado Novo e o início da Ditadura Militar. Neste capítulo, objetivamos discutir a atuação de Furtado como agente público e analisar as múltiplas narrativas tidas como pertencentes ao ciclo desenvolvimentista, vinculando-se a discussão às demandas do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo foi retomada a discussão sobre a articulação entre o uso de biografias e o Ensino de História. Diante das muitas abordagens possíveis, foi proposta a reflexão sobre a pertinência e as possibilidades do emprego dos conceitos

presentes na biografia de Celso Furtado como instrumento didático, com vistas a promover o ensino de História.

Por fim, ainda no terceiro capítulo, como última etapa da pesquisa, foi desenvolvida a proposta de “produto didático-pedagógico”, conforme as exigências do Programa.

De acordo com o Regulamento Interno do PROFHISTÓRIA/UEMS, a dissertação de mestrado, além da perspectiva crítico-analítica, deve obrigatoriamente conter uma *dimensão propositiva*, ou seja, ao final do curso, o mestrando(a), deverá propor algum tipo de material, em geral, denominado de *produto* que “contribua para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula.” (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 154).

Nesse sentido, foi elaborado o “Dicionário de Termos e Conceitos Essenciais na Obra de Celso Furtado” a ser utilizado por professores de História, como subsídio para a leitura deste material ou mesmo para as discussões de sala de aula que envolvam o pensamento econômico brasileiro da segunda metade do século XX.

CAPÍTULO 1: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar aspectos relevantes do perfil de Celso Furtado e suas significativas contribuições científicas, intelectuais e políticas para a história do país, considerando o período de 1945-1964. No entanto, quem escreve essa dissertação é um professor de História, da rede pública da educação básica brasileira, que divide com milhares de colegas de profissão, muitas angústias e por isso, pede licença para abrir um parêntese e dedicar algumas poucas páginas, para falar sobre algumas das muitas dificuldades de ser professor em nosso país.

Ser educador no Brasil implica uma série de questões e adversidades. Podemos pensar na desvalorização dos educadores, perpassando as condições de trabalho até a questão salarial, a violência nas escolas, a ausência das famílias na vida escolar dos estudantes, a precariedade dos sistemas educacionais, entre muitos outros fatores.

Mas talvez o mais preocupante seja a descrença na educação. Não é preciso ser educador ou estudioso do tema para perceber que há um fenômeno de desinteresse que se espalha progressivamente pela nossa sociedade, desacreditando o conhecimento e o poder de transformação social da educação. Alguns desafios seguem os mesmos há décadas e a cada dia, somam-se a eles novas dificuldades.

Os índices de desempenho educacionais, qual for o nível, mas especialmente na educação básica, mostram um enorme e antigo desafio para o país, melhorar a qualidade da educação. As razões para esse cenário são múltiplas, concentremo-nos então em uma seara específica: as dificuldades no ensino de História.

Conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular,

[...] um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (Brasil, 2018, p.400).

O professor de História, no entanto, tem encontrado nas salas de aula, um ambiente de desinteresse e ausência de motivação por parte dos estudantes, um cenário pouco favorável ao desenvolvimento de senso crítico, autonomia e apropriação efetiva dos conhecimentos históricos em prol da construção da cidadania.

Não raramente, as aulas de História são classificadas pelos estudantes como chatas, monótonas e pouco interessantes. Há 30 anos, Elza Nadai iniciava seu artigo "O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva", com a seguinte epígrafe:

Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o 'ponto' exige ou se valendo levemente da 'cola' para passar nos exames. Damos ampla absolvição à juventude. A História como lhes é ensinada é, realmente, odiosa. (Mendes, 1935, p. 41 apud Nadai, 1993, p. 143)

Pensemos alguns elementos que ajudam a explicar/entender esse quadro que fatalmente se estendeu de 1935, possivelmente antes disso, até o momento.

Frequentemente os professores recém formados, encontram já no primeiro momento, uma série de dificuldades, dentre as quais, algumas: precariedade de recursos e infraestrutura; ausência de políticas públicas eficazes na promoção da educação; desvalorização da carreira docente; dicotomia entre o saber acadêmico e realidade escolar; burocracia excessiva na atividade docente; múltiplas e díspares realidades socioeconômicas, dentre outros.

Esses elementos, de algum modo, interferem e dificultam a atividade docente. Ademais, os professores são cobrados de todas as formas e de modo ininterrupto, para que tornem suas aulas mais atrativas e interessantes, que motivem seus alunos, que inventem mecanismos e artifícios para conquistar a atenção dos estudantes, o que tem sido cada dia mais desafiador frente à uma crescente descrença na educação.

Além dos problemas citados anteriormente, destacamos três fatores, que obviamente não são os únicos, mas aqui são vistos como fundamentais, a serem pensados no que se refere a esse desinteresse dos estudantes pelas aulas de História, e a dificuldades dos professores em alterar esse quadro.

Primeiro, a didática do professor, que não diz respeito necessariamente ao domínio de conteúdos. Durante muito tempo, a formação do professor consistiu em *dominar para repassar*, no cenário atual, e já há certo tempo, essa abordagem não garante, por si só, o sucesso do processo ensino-aprendizagem. A análise dessa prática conservadora no ensino de História, implica necessariamente a reflexão sobre a formação docente, pois,

[...] dependendo da formação do docente, ou seja, da forma como ele foi letrado, isso poderá reduzir os desafios ou não para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos no tocante à disciplina em questão. Isto vai depender exatamente da abordagem utilizada pelos seus professores na época de sua formação. [...] No paradigma conservador o professor é o protagonista do processo de ensino, ou seja, o professor expõe o conteúdo, faz atividade e o aluno copia e responde sem fazer questionamentos ou relações acerca dos acontecimentos dos quais ele está analisando. (Almeida e Sobrinho, 2021, p. 112-113).

Nesse sentido, é necessário a reflexão e reformulação no que concerne ao arranjo curricular e didático das licenciaturas, pois muitas vezes, o professor recém formado irá simplesmente reproduzir o modelo sob o qual foi “moldado”, desconsiderando por inexperiência ou falta de conhecimento, que a realidade concreta, muito frequentemente contrasta com o que foi teorizado durante a formação.

Tal abordagem, aqui referida como conservadora já não atende as demandas atuais, o alunado é outro. Nesse sentido, chegamos ao segundo fator a ser pensado, é fundamental que a formação do professor seja continuada.

A depender de uma série de fatores, a prática do professor pode se manifestar de modo conservador e eventualmente, não despertar interesse nos alunos, é necessário, conforme demandas e discursos atuais, buscar alternativas pedagógicas, adotar novas abordagens, diversificar metodologias, enfim, encontrar meios de tornar a prática docente, “inovadora”.

No paradigma inovador o professor busca sempre envolver o aluno à realidade exposta pelos conteúdos, além disso, busca sempre utilizar metodologias inovadoras, uma vez que tem conhecimento de como aplicar tal método na prática, além disso, sabe que o uso de novas técnicas de ensino contribui para que o processo de ensino/aprendizagem integre o aluno, evitando que o mesmo não seja apenas um espectador em sala de aula. Ademais, o docente com tal visão realiza debates, questionamentos, reflexões junto ao alunado para que eles desenvolvam a sua capacidade crítica e reflexiva, bem como perceba a importância do conhecimento da referida disciplina para a sua formação. Nesse protótipo, o professor ao chegar à escola não carrega subjacente o paradigma que caracterizou sua formação. (Almeida e Sobrinho, 2021, p. 113).

Essa mudança de abordagem seria possível, especialmente por meio da formação continuada, pois segundo Almeida e Sobrinho, “a grande maioria dos professores possui baixa competência pedagógica para o exercício docente, e isso ocorre pelo fato que na formação do mesmo, o estágio à docência ou supervisionado não foi e não é suficiente para o preparo do docente com a sala de aula” (2021, p. 113).

Há que ser observado, no entanto, que a formação continuada não se refere a encontros esporádicos, com temas gerais e pouco ou nenhum aprofundamento. Os sistemas de ensino, a nível municipal, estadual e federal, devem propiciar espaços de efetiva formação para os docentes, com temáticas relevantes e formadores capacitados, de forma que as discussões levantadas possam de fato ser apropriadas e instrumentalizadas na melhoria da prática docente e, por conseguinte, da educação.

Ademais, é importante que todas as esferas governamentais se comprometam efetivamente com a formação docente, que assumam os compromissos previstos em legislação, estimulando e criando mecanismos que favoreçam a capacitação contínua dos professores.

É preciso, por exemplo, reavaliar a carga horária de trabalho dos profissionais que estão inseridos nos programas de pós-graduação, como o PROFHISTÓRIA e tantos outros. Não é razoável esperar que haja um aumento significativo de mestres e doutores na educação básica, como preconiza a legislação vigente, se para isso, os profissionais precisarem fazer sacrifícios hercúleos para conciliar demandas profissionais e vida acadêmica.

Um terceiro fator que podemos analisar, envolve os anos iniciais de formação e se referem à alfabetização e letramento, talvez a etapa educacional que mereça mais atenção.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, no que tange ao estudo da História, “os alunos devem chegar ao 6º ano com um nível de criticidade que os ajudem a compreender o contexto histórico, realizando questionamentos e com domínio de noção de tempo” (Brasil, 1998, p. 55-56), no entanto, isso não é possível se o estudante não estiver adequadamente alfabetizado.

Nesse ponto, é necessário retomar e enfatizar as problemáticas decorrentes da pandemia de Covid-19, que sabidamente afetou muito negativamente, a já bastante incipiente capacidade de leitura e interpretação dos estudantes brasileiros. O que fica claramente expresso por meio dos baixíssimos resultados das avaliações externas realizados nas diversas redes e publicadas nos últimos anos.

Não é possível obter sucesso no processo de ensino-aprendizagem, em História ou qual seja a disciplina escolar, caso o aluno não domine minimamente as habilidades de leitura e escrita. Dessa forma, é fundamental que as políticas educacionais sejam pensadas de forma a melhorar a qualidade do ensino nos anos iniciais de formação, de forma imediata, progressiva e permanente.

Por fim, uma última consideração, as Tecnologias de Informação e Comunicação. Além da superexposição das crianças e jovens a essas tecnologias, em especial as redes sociais, discussão que não cabe aqui, merecendo um debate específico, com certa frequência, as TIC's são supervalorizadas como "solução" para as problemáticas que envolvem a aprendizagem dos diversos conteúdos escolares, incluindo-se aí, claro, o estudo da História. Porém, é como se estivéssemos, por falta de expressão melhor, "pulando uma etapa", uma vez que, novamente:

As tentativas de mudanças, as inovações, as novas formas de lecionar a História, esbarram nas grandes deficiências de leitura e escrita de nossos alunos. Se as formas tradicionais de ensino não dão mais certo (ou nunca deram), inovações também não darão (e não dão) devido a essas deficiências. (Gonçalves e Oliveira, 2013, p. 8 apud Martins, 2012, p. 772).

Precisamos rever algumas questões que envolvem a prática docente, incluir, claro, algumas inovações, mas não apenas isso, é necessário avançar enquanto país, reformular políticas públicas, valorizar os profissionais da educação, melhorar a formação inicial e continuada de professores, investir nos diversos níveis de formação, no momento, em especial nas séries iniciais, incentivar a pesquisa, produção e divulgação do conhecimento científico, de algum modo, (re)acreditar a educação como uma via possível e eficaz na superação das nossas inúmeras desigualdades.

1.1. BIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Há que se observar que nas concepções atuais, a biografia não é um simples relato da vida de um indivíduo, mas uma reconstrução interpretativa que articula trajetórias individuais com as estruturas sociais e os acontecimentos de uma época. O biógrafo não apenas narra, mas também problematiza e contextualiza as experiências do biografado, revelando as interações entre o particular e o coletivo. (Dosse, 2009).

Como mencionado anteriormente, não é difícil encontrar um estudante que ao se referir à disciplina de História, demonstra certo desinteresse e apatia com relação às aulas, temáticas e discussões. Havemos de concordar que alguns temas são demasiado abstratos e muitas vezes o estudante não consegue estabelecer relação entre o que estuda e a realidade que o rodeia.

Isso obviamente não dá conta de todo o problema, porém, alguma forma de aproximação, por meio de biografias, entre o estudante e o objeto de estudo pode ser produtiva.

A biografia histórica, hoje reabilitada, não tem por vocação esgotar o absoluto do 'eu' de um personagem, como já se quis e ainda se quer. [...] Ela é o melhor meio de mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida. [...] A biografia é o local por excelência da condição humana em sua diversidade. (Borges, 2011, p. 215).

Inserir a biografia no ensino de História desperta, em geral, reflexões sobre a relação entre sujeito, objeto e conhecimento. Isso ocorre porque, ao tomar a vida de uma pessoa ou de um grupo como foco de análise, o professor acaba por situar de modo muito evidente o tema dos “limites à objetividade ou imparcialidade do sujeito cognoscente” (Cardoso, 2012, p.4), bem como as intervenções que tal sujeito opera na construção narrativa.

Cardoso (2012) esclarece que, nas ciências humanas e sociais, “a consciência e a razão existem tanto no sujeito quanto no objeto, posto que nelas os seres humanos são tanto sujeito quanto objeto do conhecimento, o que torna a relação sujeito-objeto [...] problemática” (Cardoso, 2012, p. 1).

O relato biográfico, diferentemente de perspectivas históricas mais clássicas, tende a enfatizar interações individuais, redes de sociabilidade e motivações particulares que podem destoar de interpretações generalizantes. Por isso, ao propor a pesquisa sobre figuras relevantes – ou mesmo gente “comum” – da sociedade, o professor coloca o aluno diante de um conjunto que marca a história como ciência dos homens em sociedade (Cardoso, 2012).

Nesse contexto, o exercício de ler e escrever biografias durante as aulas, todavia, exige cautela metodológica. Quaisquer que sejam as críticas ao uso de biografias no ensino, geralmente se baseiam, em parte, no receio de que o estudo de uma história personalizada fique restrito às anedotas individuais e negligencie estruturas mais amplas.

[...] à medida que a história se constituiu como uma disciplina com pretensões científicas, a biografia foi progressivamente exilada de seus domínios, o que não impediu que ela continuasse a ser praticada, em geral por historiadores “menores” [...] Entretanto, desde a década de 1980, verifica-se uma “redescoberta”, a partir de outros referenciais, desse gênero, o qual, ainda

nos anos 1990, se impôs, embora não sem ressalvas, como forma legítima de se escrever e de se compreender a História. (Schmidt, 2012, p. 192).

Tal constatação reforça a importância de inserir as vozes individuais na compreensão do passado, uma vez que os seres humanos investigam a si mesmos na história e, assim, contribuem para o debate sobre a historicidade dos valores, das instituições e dos processos sociais.

Os seres humanos têm corpo, mente (razão) e também um inconsciente, bem como sentidos; possuem uma carga genética; existem em um nível individual, mas integram também conjuntos ou sociedades (ou, segundo outro ângulo de abordagem, pertencem a uma cultura determinada). Devem todos esses itens ser levados em conta no exame do processo de conhecimento quanto ao sujeito epistêmico e ao objeto do conhecimento nas ciências sociais e humanas, ou só alguns deles seriam pertinentes (devendo os outros ser considerados epistemologicamente secundários ou irrelevantes)? (Cardoso, 2012, p. 1)

Entender que a o biografado não é mero reflexo, mas que também é agente de criação de sentidos, ajuda a legitimar o uso da biografia no ensino de História, pois se reconhece que o indivíduo, ao mesmo tempo que sofre as pressões sociais e econômicas, também produz significações no interior de seu grupo (Cardoso, 2012).

Penso que o historiador-biógrafo não deve procurar resolver esse problema optando por um dos “polos”, o do indivíduo ou o da sociedade, mas sim adotando estratégias narrativas que estabeleçam uma permanente tensão entre o personagem e os constrangimentos/possibilidades de sua época. (Schmidt, 2004, p. 137).

Não obstante, a prática de estudar biografias na sala de aula propicia ainda o contato com diferentes tipos de fontes, indo além de documentos oficiais. Ao buscar materiais como diários, cartas, fotografias, depoimentos orais ou fichas de trabalho, o estudante compreende que há uma pluralidade de registros, que cada um oferece ângulos específicos, e que a análise historiográfica requer conhecimento crítico dos contextos de produção.

Não há, portanto, espaço para ingenuidade em relação à suposta “verdade absoluta” dos testemunhos pessoais. Ao contrário, como alerta Cardoso (2012, p.7), “a objetividade do conhecimento científico” é atravessada pela “presença necessária do elemento subjetivo na pesquisa científica”, exigindo do professor desenvolver com os alunos a capacidade de questionar, comparar e problematizar as fontes.

“Os passos no tratamento das fontes estariam constituídos por procedimentos analíticos, seguidos de procedimentos sintéticos, especificados em detalhe nos manuais tradicionais de metodologia da história” (Cardoso, 2012, p. 5). O que mostra como, mesmo em abordagens historicamente reconhecidas como metódicas, existe uma consciência de que a sistematização dos dados – ainda que ambicione certa objetividade – inevitavelmente passa por recortes interpretativos.

O recurso biográfico, ao focalizar uma figura humana, acentua o exercício desses procedimentos e, ao mesmo tempo, põe em evidência seus conflitos, pois a análise recai sobre materiais que muitas vezes mesclam discursos formais e narrativas pessoais bastante subjetivas.

Combinadas a leituras de caráter mais amplo, as biografias podem servir ao ensino de diversas habilidades: leitura crítica de documentos, desenvolvimento de argumentos sustentados em evidências e entendimento das conexões entre vida pessoal e conjuntura histórica.

É fundamental que o aluno perceba que o conteúdo biográfico não é um fim em si mesmo, mas um meio para analisar relações, conflitos, crenças e representações, nesse momento, surgem debates mais complexos sobre o que define um fato histórico e qual a participação do historiador (ou do estudante, em menor escala) na criação de sentido. Isso é, a biografia pode ser concebida como recurso metodológico integrador, pois faz o estudante vislumbrar como as grandes estruturas e conjunturas incidem nos rumos individuais ou o contrário.

O ponto-chave é conscientizar o aluno de que a construção do relato biográfico é sempre passível de escrutínio crítico.

Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade. Ao construírem biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências. (Avelar, 2010, p. 162).

Outro aspecto a ser considerado é de que quando se introduz o estudo de uma vida no contexto de sala de aula, favorece-se a relação de empatia com o objeto, mas também se ampliam as chances de confronto com questões epistemológicas.

Nesse sentido, a biografia pode ser um instrumento metodológico para o Ensino de História, na medida em que possibilita ao professor criar uma narrativa que conduza o estudante a identificar elementos e estabelecer relação entre sua própria história, do seu bairro, cidade, país, etc., com relação à história do biografado.

De algum modo, isso pode facilitar a conexão, por exemplo, entre os eventos estudados e suas consequências na vida das pessoas, tornando determinados conteúdos menos abstratos e facilitando sua compreensão.

Se o jovem questiona os motivos que levaram uma pessoa a assumir determinado papel histórico, inevitavelmente estará debatendo causalidades, intencionalidades e restrições contextuais, pois cada narrativa de vida é atravessada por visões de mundo em constante revisão (Cardoso, 2012).

Os conteúdos biográficos, quando adequadamente problematizados, podem despertar também o senso de alteridade. Num exercício de busca ativa de documentos, em discussões coletivas e na escrita de pequenos perfis, os estudantes aprendem que a reconstrução do passado nunca é neutra nem “pura”.

Desenvolve-se, portanto, uma consciência histórica mais elaborada, consciente de que a escolha dos fatos, a forma de narrar e as hipóteses interpretativas refletem decisões e pressupostos que merecem ser tornados explícitos. Assim, a biografia deixa de ser um simples relato exemplar e passa a funcionar como instrumento para compreender, de maneira contextualizada, os valores e as práticas de uma época.

Ainda, o uso do gênero biográfico no ensino de História reforça uma perspectiva em que a compreensão do passado passa não apenas pelas grandes estruturas, mas também pelas trajetórias singulares de homens e mulheres. Um movimento de valorizar as dimensões individuais não implica reduzir a análise ao mero anedotário, e sim promover uma revalorização do sujeito na trama histórica.

O exercício biográfico, ao ser trazido para a sala de aula, encontra na pesquisa de documentos pessoais, cartas, memórias, diários e outros vestígios um caminho para compreender os conflitos entre o indivíduo e o contexto, preenchendo falhas narrativas e estimulando os estudantes a perceber que a vida de qualquer pessoa se insere em um campo de “possibilidades historicamente delimitadas” (Schmidt, 2004, p.123).

A preocupação, no entanto, não pode se restringir a louvar os feitos dos chamados “grandes homens”, pois os “pequenos” também vêm ganhando uma visibilidade maior. Almeida (2014, p. 293) esclarece que “a história do personagem

pequeno, invisível no contexto social e político tem, também, atraído a atenção dos historiadores.”

Sob tal perspectiva é possível expandir o repertório de temas trabalhados na educação básica, dando ao professor a chance de articular micro e macro-história, sujeito e coletividade, e de evidenciar a multiplicidade de vozes, experiências e contradições que compõem o que chamamos de passado.

Em todos esses níveis, a biografia permite que os alunos, mesmo não sendo especialistas, se defrontem com a dimensão epistemológica do conhecimento histórico, verificando na prática como escolhas metodológicas, posição social do pesquisador e problemáticas de cada época se relacionam na produção de sentidos.

Na sala de aula, a biografia também pode ser uma forma de valorizar a diversidade humana, destacando grupos sociais marginalizados pelas narrativas tradicionais. Personalidades pouco celebradas, mulheres, populações indígenas ou membros das classes “subalternas” podem adentrar o repertório histórico, evidenciando que a construção do passado não se faz apenas pelos grandes nomes consagrados, mas por uma infinidade de trajetórias e sujeitos.

Esse interesse renovado pelo gênero biográfico, diferentemente do que ocorrera durante as críticas da Escola dos Annales, retoma o indivíduo não como ídolo absoluto, mas como parte de uma rede de relações cujo desenho se torna mais nítido na medida em que se investiga o contexto.

Mesmo Jacques Le Goff, conforme Almeida (2014, p. 296), outrora cético em relação à biografia, acabaria por reconhecer que esse gênero, quando bem explorado, converte-se em “um complemento indispensável de análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos”.

O que se passa na formação escolar, então, é a possibilidade de fazer os alunos perceberem que cada trajetória pessoal é também reveladora das dinâmicas de seu tempo, desde decisões políticas e transformações econômicas até rupturas culturais e afetivas.

A seleção de um personagem a ser estudado em aula acarreta, contudo, desafios metodológicos específicos. É preciso ao professor, como destaca Orioux (1994, p. 44 apud Almeida 2014, p. 299), equilibrar a vontade de “transformar conhecimentos mortos num homem vivo” com a atenção crítica às fontes disponíveis.

Não é incomum que diários e correspondências, por exemplo, mantenham-se num limbo entre a revelação e a dissimulação, pois o indivíduo pode esconder ou

modificar determinados fatos por temor, conveniência ou pura construção de imagem. Por isso, o docente, ao conduzir os estudantes nesse exercício, deve problematizar a aparente espontaneidade dos diários, cartas e memórias, colocando-os em confronto com outros testemunhos que atestem — ou não — a veracidade dos relatos.

Em alguns casos, como observa Almeida (2014), o esforço de construção do contexto supre eventuais lacunas da documentação. Se o professor se depara com poucos registros sobre as motivações de um sujeito, pode recorrer ao que Schmidt (2000 apud Almeida 2014, p.304) chama de “campo de possibilidades historicamente delimitadas”, usando hipóteses que não se imponham como verdades definitivas, mas que sejam expressamente apresentadas aos alunos como tentativas de aproximação.

Esse procedimento, inclusive, provoca reflexões valiosas sobre a própria natureza do conhecimento histórico, uma vez que se aprende a lidar com incertezas e fragmentos, abrindo espaço para um pensamento mais rigoroso e menos dogmático.

Tal discussão ecoa as reflexões de Bourdieu (2006), que chamou a atenção para a “ilusão biográfica”, denunciando o risco de romantizar uma vida a ponto de transformá-la numa narrativa linear e coerente, ignorando as fissuras, as omissões e as quebras inevitáveis na experiência real.

A crítica evita que o gênero biográfico seja tomado como hagiografia¹ ou simples propaganda de feitos heroicos; ao contrário, indica que uma vida real tem idas e vindas, contradições e momentos de imprevisibilidade, os quais podem ser investigados para mostrar que nada se encontra totalmente definido ou predeterminado.

Uma passagem elucidativa, contida em Almeida (2014, p. 295), reforça como o gênero biográfico ultrapassa a curiosidade e pode tocar dimensões do conhecimento histórico:

A biografia é o meio pelo qual os últimos segredos dos mortos famosos lhes são tomados e expostos à vista de todo mundo. Em seu trabalho, de fato, o biógrafo se assemelha a um arrombador profissional que invade uma casa, revira as gavetas que possam conter joias ou dinheiro e finalmente foge, exibindo em triunfo o produto de sua pilhagem. O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores das biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhante as de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos

¹ Escrita da vida dos santos. Ver: DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 137.

de sua vida no trabalho, passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha (Schmidt, 1997, p. 18 apud Almeida, 2014, p. 295).

Assim, o autor não apenas expõe a natureza invasiva do trabalho biográfico, como também incita a pensar no compromisso ético do professor ao tratar da vida de alguém em sala de aula. É importante considerar até que ponto se está apenas vasculhando detalhes e expondo segredos, e até que ponto se possibilita, aos estudantes, a construção de um olhar problematizador, a refletir sobre como as pessoas agiam, se relacionavam e atribuíam sentido às suas próprias existências.

Na atividade pedagógica, a narrativa biográfica guarda ainda o desafio da escrita, pois o professor ou o aluno-pesquisador não podem contentar-se com a simples acumulação de dados. O objetivo é apresentar o biografado em diálogo com as condições históricas que moldaram suas possibilidades de ação, avaliando escolhas individuais e processos que ultrapassam a sua figura.

Faz-se necessário, pois, um tratamento da linguagem, do estilo e dos recursos retóricos, ao modo do que defende Peter Gay (1990). Nessa seara, não basta redações jornalísticas ou neutras: a arte de escrever história se faz essencial para despertar o interesse e, ao mesmo tempo, manter o rigor analítico que questiona sempre as fontes e as motivações daquele ou daquela que narra.

Em termos didáticos, é possível imaginar projetos em que cada estudante adote um personagem — seja alguém de relevância local, seja uma figura destacada mundialmente — e reconstrua sua trajetória, relacionando-a às transformações maiores de determinada época.

Esse tipo de proposta torna-se produtiva para desenvolver a criticidade dos alunos, que se veem obrigados a comparar versões, interpretar documentos, identificar lacunas e refletir sobre o quanto o biógrafo projeta de si mesmo naquele que é objeto de investigação. A biografia, enfim, não se converte em simples “vida romanceada” (Besselaar, 1968), mas num exercício que combina rigor científico e abertura interpretativa.

A postura de renovação metodológica mostra que mesmo correntes historiográficas tidas como avessas ao indivíduo podem se render à importância do gênero biográfico, desde que o enfoque não seja a simplificação ou apologia, mas a vontade de “contar, mostrar e explicar tudo que podemos sobre um personagem enquanto indivíduo” (Borges, 2011, p. 229).

Para o ensino de História, esse retorno da biografia, ocorrido em fins do século XX e em diálogo com correntes historiográficas como a micro-história e a nova história cultural, constitui uma forma de se trabalhar a temporalidade de modo mais complexo, pois a trajetória pessoal revela disjunções, continuidades, dilemas e, muitas vezes, aspectos marginais que não comparecem em livros didáticos voltados só para grandes sínteses.

O relato biográfico, quando didaticamente estruturado, também pode, eventualmente, colaborar para que os jovens se aproximem da pesquisa acadêmica, despertando o gosto pela história e pelo ato de investigar. Assim, a biografia conduz o estudante a refletir sobre o ofício historiográfico, entendendo-o como prática científica.

Se esse gênero se impôs, como frisa Almeida (2014), é porque responde a um anseio coletivo de compreender quem somos através das histórias de quem nos precedeu, aproximando o passado de nossa experiência presente.

Ao mesmo tempo, não se deve ignorar as precauções de Bourdieu (2006) acerca da “ilusão biográfica”, pois a tendência a costurar a vida como uma sequência lógica de causas e efeitos é forte. A sala de aula se converte, portanto, em espaço privilegiado para demonstrar que, se há, de um lado, uma coerência buscada pelo biógrafo, há também inúmeros desvios, casualidades e fatores que escapam ao controle do indivíduo, compondo a realidade.

Nesse sentido, a biografia pode ser vista como uma chave de leitura, pois pode ajudar a desvelar aspectos até então ocultos pelos grandes movimentos econômicos ou políticos, contribuindo para uma compreensão melhor de como o contexto interfere nas subjetividades e de como as subjetividades, por sua vez, reagem e produzem cultura e representações.

Dito isso, propomos aqui uma biografia e um contexto: Celso Furtado no cenário desenvolvimentista brasileiro.

1.2. CELSO FURTADO: UMA BIOGRAFIA

Celso Furtado é considerado um dos mais proeminentes economistas e pensadores sociais do Brasil e da América Latina, cuja trajetória intelectual e atuação pública deixaram uma marca inapagável na história do desenvolvimento econômico

da região. Dessa forma, conhecer sobre sua vida e obra permite também, entender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que moldaram o Brasil.

Da formação humanista positiva do Direito à Economia, a trajetória intelectual e acadêmica de Celso Furtado indica estarmos diante de um dos grandes pensadores brasileiros do século XX. Técnico da CEPAL, atuou como colaborador de Raúl Prebisch² e é considerado, com ele, um dos formuladores da teoria histórico-estruturalista cepalina. Concentrando seu pensamento na busca de alternativas para a superação do subdesenvolvimento do Brasil, Furtado teve vôo próprio. Questiona a validade da aplicação, na América Latina, das teorias elaboradas pelos economistas dos países centrais e prega a necessidade da formulação de novas teorias embasadas no conhecimento específico de nossa realidade, contribuindo assim para a formulação de um novo pensamento e maneira de resolver os problemas latino-americanos. (Gadelha, 2010, p. 202).

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920, em Pombal, uma pequena cidade no interior da Paraíba, região historicamente marcada por desigualdades socioeconômicas. Desde jovem, Furtado demonstrou um interesse pela história e pela literatura, influências que teriam um grande impacto em sua visão de mundo e seu compromisso com as questões do desenvolvimento.

Filho de Maurício de Medeiros Furtado, professor e advogado e de Maria Alice Monteiro Furtado, Celso Furtado pôde usufruir de uma infância abastada, e graças à dedicação de sua mãe, teve contato ainda na infância com estudos de história, direito, literatura, entre outros, o que instigou, na vida adulta, seu interesse em diversas áreas do saber.

² Raúl Prebisch nació en San Miguel de Tucumán, ciudad del interior de la República Argentina, en abril de 1901. Realizó estudios de economía en la Universidad de Buenos Aires entre 1918 y 1922. En 1923 comenzó su carrera docente como profesor de Economía Política en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Buenos Aires, cátedra que ejerció hasta 1948. [...] Entre mayo de 1950 y julio de 1963 el señor Prebisch fue Secretario Ejecutivo de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (CEPAL). Posteriormente, ejerció el cargo de Secretario General de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD). En 1984 regresó a Argentina para colaborar en el gobierno democrático instaurado en 1983. Fonte: CEPAL, 2025.

Figura 1 – Celso Furtado (à esquerda), seus pais Maria Alice e Maurício (ao centro), sua irmã Helana (à direita), seus irmãos Aída, Antonieta e Jorge (ao fundo), Mario e Jair (à frente)



Fonte: Furtado, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*, 2019

Como ele mesmo destaca (Furtado, 2014), sua primeira paixão intelectual foi a história, seguida pela literatura, absorvida com voracidade desde a infância. Sua formação inicial foi complementada pela leitura de autores positivistas, Marx, pela sociologia norte-americana, e particularmente a obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, embora ele próprio afirme que o clássico não tenha deixado uma marca substantiva em seu pensamento.

Furtado adquiriu notoriedade nacional não apenas como economista, mas também como homem público. Após sair de sua pequena cidade natal para estudar na capital do estado e, posteriormente, em Recife, ele se mudou para o Rio de Janeiro em 1939, onde cursou a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, graduando-se em 1944.

Durante seus anos de estudante, ele também trabalhou como jornalista na *Revista da Semana* e começou sua carreira no serviço público, após ser aprovado em um concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1943 (Mendonça, 2010).

Segundo Mendonça (2010), Furtado teve uma experiência significativa ao integrar a Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, quando a guerra estava próxima do fim, ele foi enviado à Itália, vivendo um episódio marcante em sua vida.

A experiência de campo, embora breve, teve um impacto em sua compreensão da realidade, inspirando seu primeiro livro, *Contos da Vida Expedicionária* (1946), uma obra de ficção que pouco marcaria sua trajetória futura, mas que dava noção de sua capacidade de reflexão e observação crítica.

Em 1946, Furtado retornou à Europa para cursar um doutorado em economia na Universidade de Paris (Sorbonne), concluído em 1948. Dessa forma, ele obteve uma formação em direito e economia, que lhe proporcionaram ao longo dos anos, uma forma ampla e crítica de entender as questões econômicas e sociais.

Em sua tese de doutorado, *L'économie Coloniale Brésilienne*, Furtado apresentou uma análise pioneira da economia brasileira, demonstrando a influência das correntes econômicas e sociais europeias, particularmente o estruturalismo e a teoria da dependência.

A partir dos anos 1950, Furtado se envolveu intensamente com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)³, onde colaborou com o economista argentino Raúl Prebisch. Na CEPAL, ele desenvolveu teorias sobre o subdesenvolvimento e a dependência, que se tornariam fundamentais para a compreensão das economias periféricas.

Em linhas gerais, a perspectiva de Furtado com relação à economia era radicalmente diferente da ortodoxia neoliberal que dominaria o cenário global nas décadas seguintes. Enquanto o neoliberalismo focava na estabilidade macroeconômica e na desregulamentação, Furtado enfatizava a necessidade de intervenção estatal e planejamento econômico para superar as desigualdades estruturais.

[Celso Furtado] traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens

³ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. [...] A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Fonte: CEPAL, 2025.

comparativas do comércio internacional, faz a análise do modelo primário-exportador e, mais genericamente, do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico [...] a preocupação de Celso Furtado era a de criticar as teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. (Bresseer-Pereira, 1997, p. 6-7).

Além disso, como agente público, Furtado teve um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento regional, sobretudo em relação ao Nordeste. Em 1959, foi nomeado Superintendente da recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma instituição criada para a implementação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais no Brasil.

A SUDENE, sob sua liderança, buscou enfrentar as muitas dificuldades econômicas e sociais do Nordeste através de um planejamento sustentável, embora seus esforços tenham sido interrompidos pelo golpe militar de 1964⁴.

Após o golpe de 1964, Furtado perdeu seus direitos políticos e foi forçado ao exílio. Durante esse período, no entanto, continuou sua carreira acadêmica e intelectual na Europa, particularmente na França, onde lecionou e escreveu extensivamente.

De início como pesquisador na Universidade Yale, e a partir de 1965 como professor na Universidade de Paris, Celso dedicou-se, no exílio, à vida acadêmica. Na Faculdade de Economia da Sorbonne, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, na École Nationale d'Administration e, como professor visitante, nas universidades de Cambridge, Columbia, American, no Japão e na América Latina, lecionou economia do desenvolvimento e economia latino-americana; orientou dezenas de teses, chegou a ter, por ano, 150 alunos em graduação e pós-graduação, fez seminários de pesquisa sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo, o Brasil. Foram os anos mais fecundos de sua produção teórica. Nesse tempo, longe do país, escreveu dez livros. (Aguilar, 2018, p. 230).

Furtado retornou ao Brasil nos anos 1980, após a Lei da Anistia⁵, e continuou a contribuir para o debate econômico e social. As obras deste período, como *A*

⁴ O golpe de 1964 foi o movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 com o objetivo de depor o governo do presidente João Goulart. Sua vitória acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social [até 1985]. Fonte: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2025.

⁵ A Lei da Anistia, promulgada em plena ditadura militar, em 1979, teve como objetivo principal conceder perdão aos perseguidos políticos durante o regime autoritário. Com sua aprovação, foram libertados mais de 100 presos políticos, e cerca de 2 mil exilados puderam voltar para o Brasil. Fonte: Agência Senado, 2025.

Fantasia Organizada (1985) e *A Fantasia Desfeita* (1989) formam uma análise das transformações econômicas e sociais globais, bem como uma reflexão sobre sua própria trajetória e o impacto do exílio em sua forma de compreender o mundo.

Posteriormente, ocupou cargos públicos importantes, incluindo o Ministério da Cultura no governo de José Sarney, onde promoveu políticas culturais voltadas para o desenvolvimento regional.

Em sua gestão à frente do Ministério da Cultura, entre os anos de 1986 a 1988, foi responsável pela criação da primeira legislação de incentivos fiscais à cultura no Brasil, conhecida como a Lei Sarney, que visava fomentar a produção cultural no país. Em sua forma de entender o desenvolvimento, sempre buscou integrar aspectos econômicos, sociais e culturais, destacando a importância da democracia e da participação popular na construção de uma sociedade equitativa.

Iglésias (1997) na apresentação que escreveu para a obra autobiográfica de Furtado, destaca a amplitude de seu pensamento, o qual considera que está além de uma visão econômica, para Iglésias Furtado compreende de forma crítica a sociedade e a política, sabendo integrar teoria e prática na construção de propostas concretas para os grandes problemas nacionais.

Ao longo de sua vida, Celso Furtado publicou mais de trinta livros, que foram traduzidos em diversas línguas e alcançaram ampla ressonância internacional. Suas ideias influenciaram não apenas o debate acadêmico, mas também as políticas de desenvolvimento em vários países da América Latina.

Cabe salientar que dentre as publicações de Celso Furtado e para além de *Formação Econômica do Brasil* – discutida mais adiante – uma em especial contribui diretamente para esta dissertação, e já vêm sendo explorada desde as primeiras páginas desse capítulo, trata-se de *Obra Autobiográfica* (2014).

O livro *Obra Autobiográfica*, não é exatamente uma publicação inédita, corresponde na verdade, à uma compilação de três volumes previamente publicados: *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Os Ares do Mundo* (1991), a trilogia que atualmente está condensada em um único volume, com o subtítulo “edição definitiva”, oferece um relato abrangente da trajetória intelectual e política de Celso Furtado.

A obra não se trata simplesmente de um relato de memórias, mas pode e deve ser compreendida como um documento histórico que possibilita, através da narrativa

construída pelo autor, perceber e analisar o contexto político e econômico do Brasil e da América Latina no século XX.

No livro, Celso Furtado apresenta com detalhes suas interações com figuras políticas e intelectuais importantes, proporcionando uma visão até então, pouco acessível, sobre os bastidores das decisões que influenciaram o desenvolvimentismo no Brasil. Sua narrativa é acompanhada por uma reflexão crítica sobre as políticas de desenvolvimento e suas consequências positivas, mas também negativas.

Além de suas contribuições do ponto de vista teórico, Furtado oferece uma visão a partir de uma perspectiva pessoal e íntima de sua vida, refletindo por exemplo, sobre sua formação acadêmica, primeiro em Direito e posteriormente em economia, suas experiências no exterior e os desafios que enfrentou ao tentar implementar suas ideias em um ambiente político nem sempre receptivo.

Dessa forma, as reflexões pessoais que perpassam toda a narrativa, acrescentam uma dimensão humana à sua obra, tornando-a interessante não apenas aos que se dedicam a estudar economia, mas também a qualquer leitor minimamente interessado na história e no desenvolvimento econômico do Brasil.

Com isso, este capítulo se propõe a explorar a biografia de Celso Furtado a partir de três enfoques principais: com menor ênfase, elementos de sua vida pessoal, com maior destaque, sua trajetória acadêmica e intelectual, assim como sua atuação enquanto agente público.

Dessa forma, buscamos compreender suas contribuições teóricas, e avaliar o impacto de suas ideias e ações no desenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina, evidenciando a relevância de seu pensamento e a importância de revisitar suas obras no contexto dos desafios contemporâneos.

Neste ponto, cabe destacar que de acordo com Bourdieu (2006) a construção de uma biografia coerente muitas vezes envolve a seleção e organização de eventos de maneira que faça sentido retrospectivamente, conferindo uma lógica e direção a uma vida que, na realidade, é marcada por contingências e rupturas.

Essa perspectiva nos permite entender a narrativa de Furtado como uma construção que busca dar sentido à sua trajetória, ao mesmo tempo que revela as interações entre sua vida pessoal e os contextos sociais e históricos em que esteve inserido.

Importante observar também que a presente análise, não toma a história de vida de Celso Furtado como uma narrativa linear e coerente, esclarecendo que essa

perspectiva simplifica e distorce a realidade das trajetórias individuais. Para Bourdieu (2006) a vida não é uma sequência ordenada de eventos, mas sim um conjunto de posições ocupadas em diferentes campos sociais, sujeitos a transformações constantes.

Ainda de acordo com Bourdieu (2006) é importante atentar-se às limitações das narrativas autobiográficas e biográficas e à necessidade de contextualizar as experiências individuais dentro de estruturas sociais mais amplas. No caso de Furtado, sua trajetória pessoal é indissociável das transformações políticas e econômicas do Brasil e da América Latina, e sua obra oferece uma contribuição para a compreensão dessas dinâmicas.

Essa análise da vida pessoal de Furtado também encontra respaldo nas discussões contemporâneas sobre a relevância da biografia na historiografia. Levi (1996) esclarece que a biografia se tornou um foco central na pesquisa histórica moderna, justamente porque ela pode capturar a experiência individual dentro dos sistemas sociais mais amplos. Levi observa:

Por um lado, não admira que a biografia esteja se instalando no centro da pesquisa histórica. Enquanto os primórdios do historicismo tornam mais complexas quase todas as formas de história política e social, a biografia permanece algo relativamente simples. Um indivíduo tem limites claros, um número restrito de relações significativas... A biografia se abre a todo tipo de problemas dentro de fronteiras bem definidas. Por outro lado, no entanto, os historiadores serão um dia capazes de enumerar os incontáveis aspectos da vida? Doravante a biografia assume um papel ambíguo em história: pode ser um instrumento da pesquisa social ou, ao contrário, propor uma forma de evitá-la (Levi, 1996, p.167-168).

Esta dualidade na abordagem biográfica ressalta a complexidade da vida de Furtado, cuja trajetória traz informações não apenas sobre sua contribuição individual, mas também sobre a realidade social e política do Brasil e do mundo no século XX.

1.3. UMA LONGA TRAJETÓRIA

Celso Furtado teve sua formação inicial em uma cidade pequena do interior nordestino onde construiu suas primeiras percepções sobre as desigualdades regionais e as dificuldades socioeconômicas que mais tarde se tornariam o foco central de seu trabalho acadêmico e político.

Desde cedo, Furtado demonstrou uma inclinação natural para os estudos, sendo influenciado pela leitura de obras literárias e históricas, além de sua convivência com a realidade local, marcada pela escassez e pela luta diária pela sobrevivência. Mais tarde, ao longo de sua vida, essa inclinação manifestou-se mais claramente na sua produção, marcadamente ligada à questão social. (Furtado, 2014).

Como relembra em “Aventuras de um economista”, texto seu publicado pela Unesco em 1973, a primeira paixão intelectual de Celso Furtado foi a História, desde a idade de catorze anos. A segunda foi a literatura, lida ainda menino e com atenção permanente. Leu muito de autores positivistas, ainda em moda em sua juventude. Está aí a primeira linha de influência. A segunda será Marx, “subproduto de meu interesse pela História”. A terceira é a sociologia norte-americana, com a “teoria antropológica da cultura”, revelada por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*, que lhe deu instrumental de trabalho, embora pouco o marcasse “no que respeita a sua mensagem substantiva”. (Iglesias, 2014, p. 8).

“Nos diários destes anos [1937-1938] descobre-se um jovem dividido entre estudos, leituras, divagações, angústias, amores e desencantos. E já então cogitando em escrever sobre o Brasil, conforme registro de 20 de agosto de 1938.” (Aguiar, 2018, p. 29-30).

Quero registrar hoje, aqui, uma ideia que há tempo venho acariciando, escrever uma História da Civilização Brasileira. Seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico. Não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores. Ao lado das influências individuais observaria as influências das coletividades. Não me deixaria emaranhar pelos fatos. Não seria uma história das guerras. Vejo dentro de mim todo esse monumento isento de facciosidade, de paixões: a História de uma Civilização. (Furtado, 2019, p. 41)

Em sua autobiografia, Furtado (2014) traz uma visão mais íntima de suas experiências de vida, como a decisão de voltar à Europa após a Segunda Guerra Mundial, fascinado pelo cenário social e humano que se desenrolava no continente devastado. Em suas palavras:

Tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade, na história dos homens. Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia dar a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu (Furtado, 2014, p.17).

Sua decisão de retornar à Europa não foi apenas pelo conhecimento acadêmico, segundo ele, ainda tinha uma necessidade de entender as transformações sociais e econômicas que estavam transformando o mundo do pós-guerra. A observação direta dessas mudanças foi capital para o desenvolvimento de suas teorias, particularmente em contextos de reconstrução e transformação estrutural.

Furtado (2014) também revela algumas de suas reflexões pessoais sobre os eventos que testemunhou em seu retorno à Europa, por exemplo, ele destaca como percebeu as diferenças nas condições de vida e nas perspectivas das populações afetadas pela guerra. Em sua descrição das viagens pela Europa Ocidental e Central isso se torna nítido:

Dois anos depois da cessação de hostilidades, atravessei grande parte da Europa Ocidental e Central, encontrando um panorama desolador. Não havia muita diferença com respeito ao que vira no final do conflito, quando percorri o norte da Itália e grande parte do território francês. O quadro na Alemanha era realmente tétrico, certas populações parecendo haver regredido à idade da caverna (Furtado, 2014, p.14).

Esse panorama desolador contrastava fortemente com as expectativas de rápida recuperação, isto é, a tarefa de reconstrução não era simples de ser realizada. Essa experiência direta com uma realidade devastada reforçou em Furtado a convicção da necessidade de um planejamento econômico forte capazes de mover essas nações no sentido de superar os desafios do subdesenvolvimento que adveio com os resultados da guerra.

Não obstante, Furtado (2014) também esclarece as limitações das instituições internacionais criadas para enfrentar a situação pós-guerra, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para ele, esses organismos careciam de recursos e de meios de ação adequados para lidar com a devastação generalizada:

As instituições criadas em Bretton Woods para enfrentar a situação — o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) — ficaram soltas no ar pela insuficiência de recursos e inadequação dos meios de ação (Furtado, 2014, p.17).

Sua vida pessoal também é marcada por momentos de reflexão sobre os desafios e as oportunidades que encontrou ao longo de sua carreira. Em sua obra

autobiográfica, ele descreve a importância de observar e compreender as transformações sociais para formular teorias e políticas produtivas:

Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa Ocidental. Não é sempre que se pode testemunhar a gestação do futuro de toda uma geração. O fato é que me empolgava o desejo de observar as transformações em curso (Furtado, 2014, p.17).

Sua carreira profissional foi marcada por essa empolgação e curiosidade intelectual, algo que sempre o impulsionou a buscar constantemente novas formas de compreender os problemas do desenvolvimento que também se mantinham constantes.

Em muitas de suas viagens e estudos, Furtado (2014) destaca que também encontrou desafios e limitações, como a restrição de acesso à União Soviética, onde pretendia estudar a experiência de planificação econômica. Apesar de alguns obstáculos, foi importante, segundo ele, que mantivesse um compromisso firme com seus objetivos intelectuais, buscando novas formas de expandir seu conhecimento e influenciar positivamente as políticas públicas.

Ao retornar ao Brasil em 1948, Celso Furtado deparou-se com uma realidade bastante diferente daquela que havia deixado em 1946. Em sua autobiografia (Furtado, 2014), ele descreve com detalhes essa transição, destacando as mudanças no clima político, social e econômico do país. A euforia e o otimismo que marcaram o fim do autoritarismo e o início de um período democrático em 1945 deram lugar a um cenário de incerteza e desilusão.

Furtado (2014) observa que a saída de Getúlio Vargas em outubro de 1945 teve um efeito estimulante na sociedade brasileira, que começou a acreditar em um futuro promissor. Ele descreve um Brasil onde as pessoas estavam nas ruas, envolvidas em debates e redescobrimdo a política, com um sentimento de recém-adquirida maioria e capacidade de defender seus direitos.

Quando voltara da Itália, em meados de 1945, a sociedade brasileira estava possuída de grande elã, como se um futuro pleno de promessas radiosas se houvesse descortinado. Publicava-se, lia-se, debatia-se por todos os lados. Após longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida. Ter participado diretamente da luta mundial contra a barbárie fascista dava-nos a sensação de que agora saberíamos defender nossos próprios direitos, como se subitamente descobrissemos a maioria. (Furtado 2014, p. 49).

Esse período foi caracterizado por certa agitação social e uma intensa atividade cultural e intelectual. Furtado, entretanto, logo percebeu que essa efervescência estava longe de ser uniforme em todo o país (Furtado 2014).

Isso por que em suas viagens pelo interior do Nordeste, Furtado notou que as mudanças políticas ainda não haviam alterado significativamente as estruturas sociais e econômicas arraigadas. As velhas desigualdades e problemas históricos permaneciam visíveis, como "as ossaturas dos organismos esqueléticos".

Essa observação o levou a concluir que era necessário pensar a longo prazo e equipar-se com os meios adequados para uma luta contínua pela transformação social. Foi nesse contexto que ele decidiu completar sua formação na Europa, buscando uma combinação de estágios universitários e observação direta das grandes transformações em curso.

Além disso, ele descreve uma série de dificuldades econômicas que o Brasil enfrentava ao final da década de 1940. As reservas acumuladas durante a guerra estavam se esgotando, a inflação era alta e a instabilidade social crescia. O governo, inseguro, respondia com violência e culpava os comunistas pela insatisfação popular. O cenário internacional também influenciava o ambiente doméstico, com a Guerra Fria alimentando um clima de desconfiança e paralisia (Furtado 2014).

Nesse contexto, a política econômica brasileira buscava estrito controle das importações, o que abria espaço para favoritismos e corrupção. Furtado menciona a Missão Abbink, uma comissão enviada pelos Estados Unidos para avaliar a economia brasileira, destacando os equívocos e as expectativas equivocadas tanto do governo, quanto das oposições sobre a natureza e os objetivos dessa missão.

Em fins da década de 1940, Furtado teve uma experiência na redação da revista *Conjuntura Econômica*, que lhe proporcionou uma posição privilegiada para observar e analisar essa situação econômica do Brasil. Ele se envolveu em pesquisas de campo, entrevistas e acompanhamento do clima empresarial, o que lhe permitiu desenvolver uma visão mais abrangente das políticas econômicas em vigor.

Mais à frente aceitou um posto na CEPAL, e ao refletir sobre isso em sua autobiografia, Furtado (2014) revela uma mistura de desejo de aventura, vontade de conhecer mais sobre a América Latina e a necessidade de escapar do ambiente asfixiante que percebia no Brasil.

O economista reconhece que, embora sua decisão fosse influenciada por motivações muitas vezes inconscientes, ela também fazia parte de seu desejo de contribuir para uma análise mais precisa e abrangente da economia latino-americana, em especial do Brasil (Furtado 2014).

1.4. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual de Celso Furtado é por si só, extremamente densa. Entre livros, artigos, ensaios, entrevistas, dentre outros, há pelo menos uma centena de publicações do autor, as quais possibilitam conhecer em profundidade sua visão acerca da economia brasileira e latino-americana.

Ademais, Furtado foi e é, assim como nesta dissertação, objeto de inúmeras produções ao longo das décadas, sendo um dos intelectuais mais destacados do século XX e ainda muito presente no âmbito da academia. Para alguns autores, sua relevância teria sido ímpar:

Celso Furtado foi o maior economista brasileiro do século XX. Sua obra influenciou a política econômica brasileira e principalmente o debate acadêmico sobre as origens de nosso atraso político, econômico e cultural. Além disso, sua obra mais famosa, "Formação Econômica do Brasil" tornou-se indispensável para se conhecer a fundo os aspectos econômicos de nossa estrutura econômica e como a criação da colônia, com sua organização social e suas características produtivas, acabou por influenciar o destino do Brasil por cinco séculos. (Pires, 2010, p. 21)

Toda a obra de Celso Furtado representa um marco no pensamento econômico brasileiro e latino-americano, através de uma crítica incisiva ao modelo de desenvolvimento baseado na teoria neoclássica. Nesse contexto, Mendes e Teixeira (2004) esclarecem o modo como Furtado transcendeu os limites da análise econômica tradicional, partindo de uma perspectiva estruturalista que incorporou elementos históricos, sociais e culturais. Segundo os autores,

[Furtado] enquadra-se no tipo de analista mencionado por Dobb, para o qual as questões fundamentais do desenvolvimento econômico serão respondidas se forem ultrapassados os limites do tipo tradicional e limitado de análise econômica, cujo realismo é sacrificado à generalidade, e desde que seja abolida a fronteira entre o que é moda rotular como 'fatores econômicos' e como 'fatores sociais'" (Mendes; Teixeira, 2004, p. 8).

Há que se observar, no entanto, que apesar do ineditismo de suas ideias, da importância e do alcance de suas reflexões, as proposições de Celso Furtado, para autores como Samuel Pessôa, não deram resposta adequada a certos problemas ou questões, como a educação, por exemplo.

Furtado tinha uma visão do desenvolvimento econômico que considero mecânica. Para ele, desenvolvimento econômico era essencialmente acumulação de capital e transposição de trabalhadores desqualificados do setor tradicional para o setor moderno da economia. Ele achava que isso bastava para o trânsito de uma economia de subdesenvolvimento para a de desenvolvimento. [...] é preciso ter claro que desenvolvimento econômico não é uma questão quantitativa, mas qualitativa, associada à governança, à qualidade das instituições do país, e que escolarização da população é o item mais importante de todos. Falamos de capital, e o capital mais importante e mais escasso no Brasil é o humano. Disparado, mais que o físico. (Pessôa, 2022, p. 13-14-15).

Apesar de alguns críticos como Pessôa, Celso Furtado foi, sem dúvidas, um dos economistas mais influentes de sua época, e sua originalidade é evidenciada, entre outras coisas, pela sua capacidade de integrar a crítica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), ao modelo neoclássico, oferecendo uma nova perspectiva de análise do subdesenvolvimento brasileiro.

[Celso Furtado] traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise do modelo primário-exportador e, mais genericamente, do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico [...] a preocupação de Celso Furtado era a de criticar as teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. (Bresser-Pereira, 1997, p. 6-7).

Nesse sentido, a formação intelectual de Furtado foi marcada por uma série de experiências acadêmicas e práticas que fomentaram sua visão crítica e plural do desenvolvimento. Desde seus primeiros anos como estudante de Direito no Rio de Janeiro até sua participação na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, Furtado acumulou uma vasta experiência que lhe permitiu analisar o subdesenvolvimento sob diferentes ângulos.

A formação de economista de Celso Furtado era a de um autodidata, de resto, como a da maior parte dos economistas de sua geração. Para ele, a economia era 'um instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se exibía como presente em nossos olhos'" (Mendonça, 2010, p.3).

Um dos principais fatores para sua formação foi sua estadia em Paris, onde estudou na Sorbonne e teve contato com importantes economistas como Maurice Byé, que foi particularmente influente. Byé, discípulo de François Perroux, orientou Furtado a inscrever-se no programa de doutorado em economia, mas sua curiosidade e interesse por História também o levaram a matricular-se no Instituto de Ciências Políticas.

Durante sua permanência na Europa, Furtado realizou uma pesquisa comparativa entre a economia açucareira do Brasil e a das Antilhas francesas que ampliou sua compreensão das relações entre economia e sociedade no contexto do Nordeste brasileiro.

A confrontação com a economia antilhana, em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo um sistema de pequena propriedade, instalado com grande ajuda financeira do governo francês, e impôs o latifundismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro" (Furtado, 2014, p. 37).

Seguido a este período de estudos e experiências na Europa, Celso Furtado retornou ao Brasil no segundo semestre de 1948, em um momento de importantes transformações no país. Até a metade da década de 1940, o pensamento autoritário predominava no Estado brasileiro, sobretudo, após a implantação do Estado Novo em 1937. Contudo, o fim da ditadura varguista em 1945, trouxe uma sensação de libertação e renovação política.

Após longo período de autoritarismo, o brasileiro reaprendia a fazer política e retomava o gosto de andar de cabeça erguida. Ter participado diretamente da luta mundial contra a barbárie fascista dava-nos a sensação de que agora saberíamos defender nossos próprios direitos. [...] Estava na ordem do dia acreditar no Brasil. (Furtado, 2014, p. 49).

No entanto, o cenário político-econômico a partir de 1946, com o início da chamada Quarta República Brasileira ou República Populista, apresentava desafios significativos, incluindo desequilíbrios internos e externos, inflação persistente e uma infraestrutura deficitária, esse contexto favoreceu o surgimento de novas perspectivas de política econômica, especificamente, o que viria a ser conhecido como "desenvolvimentismo".

Furtado observou que as esperanças de uma rápida reconstrução econômica não seriam materializadas, e que a insegurança levou os investimentos privados a se

concentrarem na especulação imobiliária. Esse cenário de crise econômica e social exigia novas abordagens e soluções, o que teve um grande impacto no pensamento de Furtado.

Durante esse período, Furtado começou a trabalhar na redação da revista *Conjuntura Econômica*, dirigida por Richard Lewinsohn e editada pela Fundação Getúlio Vargas, em circulação desde 1947. Esse ambiente foi importante para que ele acompanhasse de perto os debates econômicos da época, incluindo as discussões em torno da Missão Abbink.

A missão Abbink, liderada por John Abbink, um representante de empresas privadas com o título de embaixador, foi recebida com entusiasmo pela mídia e pelo governo brasileiro. A Missão Abbink identificou a precariedade da economia brasileira e recomendou a implantação do Plano SALTE, destacando a importância do equilíbrio externo e do controle das importações (Furtado, 2014).

Poucas vezes tantos equívocos ter-se-ão reunido em torno de alguma coisa como a propósito dessa missão. Os meios de propaganda deram a entender que finalmente os norte-americanos se haviam convencido de que não era possível deixar o Brasil fora do esforço de resgate e reordenação da economia mundial em que se empenhavam. Embarcando nessas águas, o governo brasileiro armou uma aparatosa comissão local, que serviria de contrapartida aos norte-americanos. [...] A opinião pública estava sendo simplesmente mistificada ao ser levada a crer que havia da parte do governo dos Estados Unidos uma efetiva preocupação em ajudar o Brasil com recursos financeiros. (Furtado, 2014, p. 54-55)

Pouco depois, em 1949, o economista foi convidado a integrar a equipe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL, que estava se estabelecendo em Santiago do Chile. Na CEPAL, Furtado se juntou a um grupo de economistas latino-americanos para elaborar uma análise das economias do continente.

A chegada de Raúl Prebisch à CEPAL no mesmo ano que Furtado, foi um momento decisivo. Prebisch trouxe uma visão crítica sobre os desequilíbrios dos balanços de pagamentos e os limites da industrialização nas economias periféricas.

O economista argentino argumentava que o sistema de divisão internacional do trabalho favorecia os países industrializados, e que os países latino-americanos deveriam adotar a industrialização como forma de superar essa condição. Prebisch apontava que os benefícios do progresso técnico tendiam a ser distribuídos de maneira desigual, beneficiando os países centrais e prejudicando os periféricos.

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. [...] Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (Prebisch, 2000, p. 72).

Profundamente influenciado por essas ideias, Furtado pediu permissão para traduzir os textos de Prebisch para o português e publicá-los. Seu objetivo era estudar a economia brasileira a partir dessa nova perspectiva, tentando desvendar as causas históricas de seu atraso.

A partir dessas experiências, Furtado produziu uma visão crítica sobre o desenvolvimento econômico, acreditando que a modernização do Estado e a introdução de novas funções reguladoras eram essenciais para superar o atraso econômico acumulado.

A experiência de Furtado na CEPAL consolidou sua crítica ao modelo de desenvolvimento baseado na teoria neoclássica e na lei das vantagens comparativas do comércio internacional. O economista via a necessidade de um Estado intervencionista e regulador para romper com o ciclo de subdesenvolvimento e dependência tecnológica. Segundo o autor, não existe pleno desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política poderia alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político". (Furtado, 1965).

Furtado argumentava que a industrialização retardada, nas condições que prevaleciam em seguida à Segunda Guerra Mundial, exigia a ação do Estado com o exercício de novas funções, tanto no campo da regulação econômica como no da ação empresarial (Furtado, 2014).

Em 1952 a Revista Brasileira de Economia⁶, periódico da Fundação Getúlio Vargas, publica o primeiro artigo de circulação internacional do economista, *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*, a mesma revista também publicara no ano de 1950, o primeiro ensaio de análise econômica de Furtado, intitulado *Características Gerais da Economia Brasileira*.

⁶ A Revista Brasileira de Economia (RBE) é a mais antiga publicação de Economia do Brasil, e a segunda mais antiga da América Latina.

Ao retornar ao Brasil em 1953, Furtado trouxe consigo uma bagagem teórica e prática que o posicionava como uma das figuras centrais no debate econômico do país. Convidado por Roberto Campos para colaborar na Comissão Mista CEPAL-BNDE, ele estava preparado para participar da Conferência da CEPAL em Petrópolis.

Críticas e defesas públicas das diferentes visões econômicas marcaram esse período, reforçando a necessidade de uma abordagem adaptada às particularidades brasileiras, conforme Furtado sempre enfatizou (Furtado, 2014).

Refletindo sobre esse cenário, o economista afirmou que em um país como o Brasil, o discurso político é sempre pensado a partir de fórmulas moldadas no exterior e que a política de desenvolvimento teria que ser inventada localmente (Furtado, 2014). Essa visão sobre a importação de modelos de desenvolvimento reforçava a perspectiva de Furtado sobre uma visão adaptada às particularidades brasileiras.

Durante sua estadia no Brasil, Celso Furtado manteve contatos com importantes intelectuais da época, como Anísio Teixeira, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre e Hélio Jaguaribe. Jaguaribe, em particular, formou um grupo de debates sobre a situação do país que evoluiu para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Preocupado com o golpismo da direita e a falta de preparo da esquerda, Jaguaribe convidou Furtado para proferir conferências no ISEB. Celso Furtado aproveitou essa oportunidade para organizar suas reflexões sobre o desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica, buscando uma visão mais integradora. (Furtado, 2014).

Essas reflexões resultaram na publicação de *A Economia Brasileira* (1954), uma obra dedicada a Prebisch que se opunha diretamente à orientação ortodoxa da Fundação Getúlio Vargas. Em 1955 Furtado criou o Clube dos Economistas e lançou a *Revista Econômica Brasileira*, ambos marcos na divulgação do pensamento econômico heterodoxo e progressista da época.

Continuando sua trajetória internacional, em 1955 Furtado aceitou a direção de um grupo de trabalho sobre a situação econômica do México. Lá, conheceu Nicholas Kaldor, que o convidou para passar um ano no *King's College*, em Cambridge. Essa experiência resultou na produção de sua obra mais famosa, *Formação econômica do Brasil*, na qual Furtado utilizou uma abordagem combinando história e análise econômica para entender a formação da economia brasileira (Furtado, 2014).

Em Cambridge, Furtado refletiu sobre a relação entre a atividade intelectual e a militância política. Ele concluiu que o trabalho de teorização em ciências sociais é,

em certa medida, uma prolongação da política, e que sua obra poderia ajudar a nova geração a entender a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas (Furtado, 2014).

A obra influenciou diretamente as políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil e em outros países da América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. As reflexões de Furtado sobre a necessidade de uma intervenção estatal forte e de políticas de substituição de importações foram incorporadas em muitos planos de desenvolvimento nacionais. Além disso, a obra ajudou a formar uma nova geração de economistas e pensadores que continuaram e continuam a explorar e expandir as ideias de Furtado.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado dá início à sua análise com um olhar voltado para a herança colonial. O autor argumenta que o Brasil teria herdado uma estrutura econômica de caráter primário-exportador, centrada na produção de bens agrícolas como o açúcar e o café.

Essa estrutura, em sua análise, gerou uma economia *dual*, marcada por uma elite agrária rica e uma massa de trabalhadores rurais pobres, favorecendo a perpetuação de desigualdades socioeconômicas profundas. Essa análise revela como as políticas e estruturas econômicas do período colonial continuariam a influenciar o presente, criando barreiras ao desenvolvimento.

Posteriormente, Furtado aborda o período de transição do século XIX, quando o Brasil passou por mudanças significativas com a abolição da escravidão e a Proclamação da República. O autor dá ênfase na migração europeia e o início da industrialização como fatores críticos nesse período, porém, observa que essas mudanças não foram suficientes para transformar radicalmente a estrutura econômica e social herdada do Brasil Colônia.

Na parte final da obra, Furtado analisa o desenvolvimento industrial do Brasil no século XX, especialmente a partir da década de 1930, com a política de substituição de importações. O autor argumenta que, embora a industrialização tenha promovido crescimento econômico, ela também reforçou a concentração de renda e a dependência de capitais estrangeiros, dentre outros problemas. Essa crítica é fundamental para entender as dinâmicas econômicas que moldaram o Brasil moderno e os desafios que o país ainda enfrenta.

Publicado originalmente em 1959, o livro *Formação Econômica do Brasil* teve ampla recepção no país, sendo reconhecida como uma obra revolucionária e de

fundamental importância para a literatura econômica e histórica do Brasil, marcando um ponto de virada no pensamento econômico brasileiro. “*Formação Econômica do Brasil*, obra decisiva para o estudo da história econômica brasileira, não é, na verdade, um livro de “história econômica”, mas antes de “economia histórica” – no estilo da *Historical Economics* de Charles Kindleberger.” (Batista Júnior, 2024, p. 29)

Após se desligar da CEPAL,

Celso Furtado voltaria ao Brasil em 1958, sendo convidado por Cleanto de Paiva Leite, diretor do BNDE, para integrar a diretoria do órgão. No entanto, para aceitar, Furtado impôs como condição a dedicação exclusiva aos problemas do Nordeste. Logo a seguir foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. (Mendonça, 2010, p. 15-16)

Nomeado interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) por Juscelino Kubitschek, Furtado elaborou um plano de política econômica para a região, resultando no livro *A operação Nordeste* (1959). Posteriormente, ele propôs a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da qual foi o primeiro superintendente.

Durante seu mandato na SUDENE, Furtado continuou a desenvolver suas ideias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, abordando temas como a dependência externa, os desequilíbrios regionais e a inflação.

De acordo com Mendonça (2010), ele esclarecia que a política anti-inflacionária do Plano Trienal previa a manutenção de uma elevada taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, redução progressiva da pressão inflacionária, redução do custo social presente do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos, além de redução das desigualdades regionais de níveis de vida.

Com o golpe militar de 1964, Furtado foi forçado a deixar a SUDENE e exilou-se no Chile, em seguida nos Estados Unidos e por fim, na Europa, onde continuou sua carreira acadêmica. O economista retornou ao Brasil em 1979 com a anistia, sem jamais abandonar suas preocupações com o desenvolvimento.

Influenciado por nomes como Raúl Prebisch, John Maynard Keynes, Karl Mannheim, Friedrich List, François Perroux, Gunnar Myrdal, Joan Robinson dentre outros, Furtado conjugou as ideias da CEPAL com o pensamento social brasileiro, alinhando-se com clássicos como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (Gadelha, 2004).

A importância de Celso Furtado reside em sua capacidade de teorizar e propor políticas econômicas que visavam a transformação estrutural e o desenvolvimento sustentável. Suas ideias continuam relevantes para o debate sobre o desenvolvimento econômico e social, especialmente em um momento em que a teoria econômica tende a favorecer princípios ortodoxos de estabilidade que beneficiam o mercado financeiro (Mendonça, 2010).

CAPÍTULO 2: CELSO FURTADO E O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1945-1964

Entre os anos de 1945 a 1964, o Brasil viveu um período de intensas transformações políticas e econômicas. Com o fim do Estado Novo (1937-1945) e a deposição de Getúlio Vargas, teve início a chamada Quarta República, também referida como República Populista, Período Democrático, dentre outras nomenclaturas, momento da história do país marcado pelo retorno da democracia e pelo avanço da industrialização.

Como já sinalizamos anteriormente e iremos aprofundar mais adiante, a política desse período foi caracterizada por uma forte tensão entre diferentes projetos de desenvolvimento para o país. De um lado, haviam forças nacionalistas, que defendiam a ampliação do papel do Estado na economia e a proteção da indústria nacional. De outro, setores ligados ao capital estrangeiro e à elite agrária buscavam manter o país inserido no modelo econômico tradicional, pautado no modelo agroexportador.

O primeiro presidente desse período foi Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que governou sob uma Constituição democrática, mas adotou medidas conservadoras, como a proibição do Partido Comunista e uma política econômica que favorecia a abertura ao capital estrangeiro. Em seguida, Getúlio Vargas retornou ao poder pelo voto popular (1951-1954), desta vez com um viés desenvolvimentista, buscando fortalecer a indústria e criar estatais estratégicas, como a Petrobras. Seu governo, porém, enfrentou forte oposição das elites e dos militares, culminando em seu suicídio em 1954 (Fausto, 2006).

Após um breve período de instabilidade, Juscelino Kubitschek (1956-1961) assumiu a presidência com a proposta de acelerar o crescimento econômico. Uma de suas políticas mais conhecidas foi o chamado Plano de Metas, sintetizado no slogan “50 anos em 5”. Juscelino impulsionou a industrialização e a modernização da infraestrutura, com destaque para a construção de Brasília. Contudo, esse crescimento veio acompanhado de aumento da inflação e do endividamento externo.

O programa de governo de JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se

transformou em uma das prioridades de Juscelino. Ele situava Brasília, aliás, em lugar de destaque, considerando-a "a grande meta de integração nacional" ou, ainda, a "meta-síntese" de sua administração. (Moreira, 2003, p. 159).

Na década de 1960, a política brasileira tornou-se ainda mais polarizada. Jânio Quadros (1961) tomou medidas que o tornaram impopular, levando-o a renunciar poucos meses após assumir. Seu vice, João Goulart (1961-1964), encontrou um país dividido entre reformas sociais e pressões conservadoras. Mais alinhado às demandas populares, seu governo propôs medidas como a reforma agrária e a ampliação dos direitos trabalhistas, o que alarmou setores militares e empresariais.

Logo que assumiu o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. (Ferreira, 2003, p. 351).

Em um contexto de Guerra Fria e temores de uma suposta radicalização à esquerda, as tensões culminaram no golpe militar de 1964, encerrando a Quarta República e instaurando um regime autoritário que se estendeu até 1985.

Conforme Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul para a educação básica, esse conjunto de eventos, dentre outros compõe o referencial de conteúdos previstos na disciplina de História para o nono ano do ensino fundamental e é também nesse contexto que está inserido Celso Furtado.

Buscamos, nas próximas páginas, discutir a presença e interação de Celso Furtado com outros agentes do cenário econômico brasileiro ao longo do século XX e como tais atores exerceram influências sobre a organização político-econômica naquele contexto.

Veremos que o período foi marcado por intensas disputas ideológicas e pela busca de afirmação de diferentes projetos desenvolvimentistas, que refletiam concepções distintas sobre o papel do Estado, do mercado e das relações internacionais no processo de desenvolvimento do país. Acreditamos que a discussão desses temas, além de favorecer a compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil ao longo do século XX, oferece aos estudantes a oportunidade de refletir criticamente sobre as permanências e rupturas desses modelos.

2.1. ATUAÇÃO COMO AGENTE PÚBLICO

Celso Furtado destacou-se não apenas como um pensador do campo econômico, mas também como um agente público de impacto significativo. Sua atuação na administração pública brasileira, especialmente através da SUDENE, exemplifica a aplicação prática de suas teorias econômicas e seu compromisso com o desenvolvimento social e regional.

[...] dos anos 1950, com o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) até suas últimas falas, Furtado demonstrou o que significa a relação inseparável entre o pensar e o agir, entre o rigor acadêmico e o engajamento político. O esforço de uma vida esteve orientado para o enfrentamento dos problemas seculares do Brasil, para a superação de sua condição subdesenvolvida. (Sousa; Theis; Barbosa, 2018, p. 17)

Furtado acreditava que o desenvolvimento não podia ser reduzido a mero crescimento econômico. Para ele, era fundamental que o desenvolvimento abrangesse as estruturas sociais e promovesse a justiça social. Isso se refletiu em suas iniciativas enquanto liderou a SUDENE, um órgão que visava planejar e implementar políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Nordeste, uma das regiões mais pobres do Brasil.

A criação da SUDENE, em 1959, foi um marco importante. Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, deu apoio à criação deste órgão após a seca devastadora de 1958, que evidenciou a necessidade urgente de uma política de desenvolvimento específica para a região. Furtado, ao assumir a SUDENE, articulou uma visão que integrava planejamento econômico e ações sociais para atacar as causas estruturais do subdesenvolvimento nordestino.

[...] em relação ao Nordeste, pela primeira vez, ataca-se o problema pela dimensão econômica, política, sociológica, e não pelas batidas teclas do combate à seca com a construção de açudes e frentes de emergência. Furtado antropologizou o problema. A questão fundamental seria romper com as estruturas arcaicas, como o coronelismo. Deveriam ser atacadas as formas de exploração do homem e da terra, substituindo isso tudo pelo que havia de mais atual, que era, nos anos de 1950, o desenvolvimento pela geração de renda através da industrialização e do consequente emprego formal. Não havia, no seu entender, como mudar o Brasil sem resolver o problema do Nordeste, sem atacar nossas formas de exclusão. (Sousa; Theis; Barbosa, 2018, p. 17)

Segundo Gadelha (2004), a trajetória de Furtado na SUDENE foi marcada por sua capacidade de combinar teoria e prática. Ele não se limitou a uma análise econômica descontextualizada, mas buscou entender e transformar a realidade concreta. Furtado via no Estado o único agente capaz de coordenar e implementar políticas de desenvolvimento que pudessem modificar a estrutura socioeconômica do Nordeste. Em suas próprias palavras, "A análise dos processos econômico-sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação" (Furtado, 1965, p. 16).

A Operação Nordeste, desenvolvida por Furtado, abordou questões fundamentais como a modernização da estrutura agrária, a criação de um mercado interno dinâmico e a industrialização da região. Ele identificou que a economia nordestina era caracterizada por uma dualidade: uma economia de subsistência no interior e uma economia monetária nas áreas costeiras.

Para o economista, essa dualidade contribuía para a perpetuação da pobreza e o reforço das desigualdades. Como ações de enfrentamento, Furtado propôs políticas que visavam integrar essas duas economias, promovendo o desenvolvimento de uma base industrial e a melhoria das condições de vida da população rural.

Para Furtado, o desenvolvimento do Nordeste exigia uma abordagem que incluísse desde a reforma agrária até o investimento em infraestrutura e educação. Ele argumentava que sem uma intervenção decisiva do Estado, as disparidades regionais continuariam a crescer, agravando a desigualdade e a pobreza.

Furtado ressaltava que "não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas" (Furtado, 1959, p. 13).

A atuação de Furtado na SUDENE, porém, enfrentou resistências,

No entanto, desde sua criação, a Sudene enfrentou fortes reações político-ideológicas de parcela significativa das elites empresariais, políticas e intelectuais do Nordeste, no que se refere às suas linhas de orientação e proposições. As atas do Conselho Deliberativo da Sudene, para o período, detalhadamente analisadas por Lima (2008), confirmam essas dificuldades. O projeto da Lei de Irrigação, enviado ao Congresso, em 1959, nunca foi aprovado, uma vez que trazia os meios para o controle do uso da terra e da água, bases para a reforma agrária. Isso obviamente suscitou as mais diferentes reações das elites nordestinas. Igualmente, o projeto do I Plano Diretor sofreu fortes reações dentro do próprio Conselho Deliberativo da Sudene e, posteriormente, dentro do Congresso Nacional, atrasando sua aprovação. As reações eram diversificadas: governadores de Estado, Forças Armadas, DNOCS, elites políticas e empresariais e também do sociólogo Gilberto Freyre (Lima, 2008). Assim, a Sudene seguia pelas linhas de menor resistência. (Diniz, 2018, p. 318)

A concepção de uma SUDENE autônoma e com capacidade de transformar a estrutura socioeconômica regional encontrou oposição dos setores mais conservadores da política e economia brasileira.

Os adversários das mudanças não tardaram em perceber que o caminho mais curto para alcançar seus objetivos consistia em privar-me da confiança do presidente. Concentraram em mim as baterias pesadas. O senador paraibano Argemiro de Figueiredo, com base eleitoral na cidade de Campina Grande, cujo comércio era tradicionalmente ligado à indústria da seca, iniciou uma campanha de difamação pessoal contra mim, “astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste”. (Furtado, 2014, p. 292)

Após o golpe militar de 1964, a SUDENE começou a ser esvaziada e descaracterizada, perdendo sua autonomia e capacidade de implementar suas políticas de forma efetiva.

Furtado, no entanto, continuou a defender suas ideias, mesmo no exílio. Ele compreendia que o desenvolvimento sustentável do Nordeste dependia de uma série de reformas estruturais e da criação de um ambiente propício para o crescimento econômico e social inclusivo (Furtado 2014).

Conforme já mencionado, Furtado destacava que a formação da estrutura econômica nordestina foi marcada pela implantação de uma economia de exportação baseada na produção açucareira, estabelecida no litoral durante o século XVI. Esta economia, fundamentada no uso de mão-de-obra escravizada, foi caracterizada por uma dependência estrutural do mercado europeu (Furtado, 1959).

Sabemos que muitas vezes é complexo para o professor na educação básica, adentrar essa questão econômica no ensino de História, entretanto se ele dispuser de formação ou minimamente material adequado, poderá recorrer, por exemplo, a biografia de Celso Furtado, para explicar aos estudantes como se constituiu a economia que ainda hoje mantém boa parte da população na pobreza.

Furtado (1959) observa que a economia nordestina era, desde o início, uma operação transcontinental, onde a mão-de-obra era tratada como um componente do capital produtivo, desprovida de estabilidade familiar e social, o que contribuiu para a heterogeneidade étnica e cultural da população.

A economia de exportação do Nordeste gerou uma “periferia agropecuária” no interior, onde predominava a pecuária extensiva e uma economia de subsistência.

Essa dualidade entre o setor exportador e a periferia de subsistência criou um sistema econômico interdependente, mas altamente desigual.

A população do Nordeste, conforme já indicamos, estava ocupada, desde o primeiro século da colonização, em dois sistemas econômicos: o açucareiro e o pecuário. A decadência da economia açucareira, a partir da segunda metade do século xvii, determinou a transformação progressiva do sistema pecuário em economia de subsistência. Nesse tipo de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende diretamente da disponibilidade de terras. Se se compara a evolução dos núcleos de economia de subsistência nas distintas partes do país, esse problema da disponibilidade de terras aparece com toda sua significação (Furtado, 1959, p. 102).

Durante os períodos de declínio do mercado externo, a mão-de-obra não escravizada liberada do setor exportador migrava para a economia de subsistência da periferia, perpetuando um ciclo de baixa produtividade. As condições climáticas do Nordeste, particularmente a irregularidade pluviométrica, agravaram ainda mais a vulnerabilidade econômica da região.

A economia exportadora nordestina, surgida na primeira metade do século XVI, centrou-se nas terras úmidas do litoral, mas sem tardança criou sua própria periferia, de onde recebia animais de tração e proteína animal para alimentar uma população submetida a um regime de trabalho desgastante. (Furtado, 2014, p. 228)

Furtado (2014) destaca que a semiárida caatinga é frequentemente sujeita a longos períodos de seca, o que impede o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade. A precariedade das técnicas agrícolas e a falta de investimentos em infraestruturas de retenção de água exacerbaram essa vulnerabilidade.

A seca, como fenômeno periódico e previsível, tornou-se um problema estrutural, transformando-se em uma calamidade social a partir do século XIX, especialmente com a grande seca de 1877-1879.

Para o caso nordestino, como decorrência das secas, em 1877 foi criada a Comissão Imperial, encarregada de analisar o problema e propor soluções. Aquela comissão sugeriu o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco. As ações foram, no entanto, limitadas e lentas, enquanto se aprofundava o problema social da região (Diniz, 2018, p. 311)

A criação da SUDENE representou, dessa forma, um esforço significativo para enfrentar esses desafios, e o Plano de Ação da Operação Nordeste, formulado por

Furtado, baseava-se na criação de uma economia de maior produtividade e resistente à seca. Furtado propunha o desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptadas ao meio, a mobilização de crédito e assistência técnica, além de um maior conhecimento dos recursos hídricos da região.

Além disso, Furtado sugeria a ampliação dos estoques úmidos das zonas de fronteira do Nordeste, indicando que a incorporação de terras úmidas poderia fornecer novas oportunidades econômicas. Ele também defendia a industrialização da região como uma solução para absorver a grande massa de população excedente nas áreas urbanas do litoral, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado da sociedade brasileira (Furtado, 2014).

Isso foi expresso no ações do projeto *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, apresentado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),

[...] plano de ação, estruturado em torno de quatro diretrizes básicas: a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, viabilizando a industrialização destes; c) transformação progressiva da economia das áreas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e de torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocação da fronteira agrícola visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia na faixa semiárida (Furtado, 2014, p. 277).

Apesar das dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pela SUDENE, especialmente após o golpe militar de 1964, o legado de Furtado e seu plano para o Nordeste permanece relevante. O diagnóstico elaborado por Furtado continua a ser uma referência para compreender os desafios estruturais do Nordeste e a necessidade de políticas de desenvolvimento regional que combinem crescimento econômico com justiça social.

A abordagem de Furtado inspirou muitos outros economistas e formuladores de políticas na América Latina e continua relevante até os dias atuais. Gadelha (2004) destaca que a visão de Furtado sobre o desenvolvimento econômico era influenciada por uma filosofia humanista. Para ele, o objetivo final do desenvolvimento deveria ser a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A atuação de Furtado enquanto agente público, no entanto, não se restringe apenas à SUDENE, embora possamos considerá-la a mais relevante e por este

motivo, foi dado maior destaque a esse período. Em 1962, durante o governo de João Goulart, o economista assumiu a diretoria do recém-criado Ministério do Planejamento como seu primeiro titular.

Pouco mais de um mês após o episódio do “manifesto”, ou seja, em fins de setembro de 1962, o presidente chamou-me a Brasília e me disse à queima-roupa: “Quero que você assuma o Ministério Extraordinário do Planejamento. Vamos ter que nos preparar para o plebiscito, que devolverá os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos”. No apagar das luzes da sessão legislativa, o Congresso, num gesto de bom senso, iria antecipar o plebiscito, previsto no ato constitucional que introduzira o parlamentarismo, e que deveria confirmar este ou encerrar sua curta vida (Furtado, 2014, p. 403).

Na posição de ministro, Furtado liderou a equipe responsável por elaborar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que dentre outras coisas determinava a realização das chamadas reformas de base⁷ – reforma agrária, educacional, bancária etc. –, entendidas à época, como necessárias ao desenvolvimento do país.

A essência do plano consistiu em apresentar as medidas de ajustamento, destinadas a restabelecer os equilíbrios interno e externo, embutidas em uma política global visando assegurar o crescimento da economia e a estimular as transformações estruturais requeridas para que esse crescimento se fizesse com menor custo social (Furtado, 2014, p. 412)

Com o advento do Regime Militar, em 31 de março de 1964, Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por meio do Ato Institucional 1, exilado, instalou-se em Paris, onde foi professor da Sorbonne por vinte anos. Também lecionou disciplinas como economia do desenvolvimento, economia latino-americana e economia internacional nas universidades de Cambridge, Yale, American e Columbia.

Foram muitos os que ficaram perplexos quando eu disse supor que meu exílio seria longo, e que estava fazendo planos para viver no estrangeiro em torno de quinze anos. Diante da incredulidade geral, expliquei-me: Esse golpe não

⁷ As reformas de base, que propunham a reformulação das estruturas e instituições sociais brasileiras são apontadas por alguns estudiosos, como o elemento condutor do Golpe Militar de 1964. Nos primórdios dos anos 60, o clamor por reformas sociais era a bandeira levantada pelas mais variadas tendências políticas brasileiras – embora o significado do termo “Reformas Sociais” variasse muito, de acordo com cada tendência. [...] No entanto, se há algo que a historiografia e a sociologia brasileira nos ensinam é acerca do caráter conservador das elites nacionais. Historicamente pode-se observar que eventos ameaçadores à ordem estabelecida - política, social ou econômica - tiveram tais elites como seus principais algozes. (Souza; Costa; Carvalho, 2007, p. 6).

foi improvisado; por trás dele estão dez anos de conspiração. Começou quando acurrallaram Getúlio e o levaram ao suicídio. No Brasil, todo processo de mudança político-social é lento. Se os golpistas, que dispunham de amplos meios de ação, inclusive ajuda externa, necessitaram de dez anos para tomar o poder, como imaginar que em prazo menor reverteremos a situação? Não digo que nada há a fazer. Cabe a cada um de nós fazer o melhor que possa no seu setor, mas não vejo possibilidade de que a situação se reverta senão a longo prazo. O que importa é que aqueles dentre nós que, em dez ou vinte anos, regressem não cometam uma vez mais os erros que facilitaram o trabalho dos golpistas (Furtado. 2014, p. 474)

Com o processo de redemocratização, após a anistia, Celso Furtado volta ao Brasil e progressivamente volta a ocupar cargos estatais, além de dar sequência em seus trabalhos e pesquisas, ocupando em 1985, o posto de embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia. Já entre os anos de 1986 a 1988, o economista conduziu o Ministério da Cultura, durante o governo de José Sarney.

Mais tarde Furtado ocupa cargos em outros organismos internacionais, em 1993 torna-se membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, bem como integra a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO, em 1996. No ano seguinte a Academia de Ciências do Terceiro Mundo, em Trieste, cria o Prêmio Celso Furtado, conferido a cada dois anos a um cientista do *Terceiro Mundo* no campo da economia política.

Em agosto de 1997 Furtado ascende à cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras e, em 2003, um ano antes de sua morte, torna-se membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências.

Celso Furtado é certamente um dos mais destacados intelectuais brasileiros do século XX, sendo figura central na corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil, o que será discutido mais detidamente no próximo capítulo.

São esses elementos que o definem como um pensador clássico brasileiro, e que são melhor compreendidos quando focamos a lupa para algo anterior a isso tudo. Estamos nos referindo a questões existenciais que foram determinantes para toda a sua trajetória como homem das letras e da ação. Da infância em Pombal, na Paraíba, ao jovem da Força Expedicionária Brasileira, Furtado foi forjado entre guerras. Seja a situação trágica do sertão paraibano, seja diante do cenário destrutivo provocado pela Segunda Grande Guerra Mundial. Não foi ele um retórico, um pensador de gabinete. Da mesma forma que presenciou a reconstrução da Europa, imaginou para o Nordeste e para o Brasil algo semelhante. (Sousa; Theis; Barbosa, 2018, p. 20)

Furtado aplicou as teses estruturalistas ao caso brasileiro e deu consistência analítica ao pensamento econômico de muitos técnicos governamentais. Sua capacidade de combinar criação intelectual, esforço executivo e habilidade política,

explicam sua liderança entre os economistas da época, tornando-se um símbolo da esperança desenvolvimentista dos anos 50 (Bielschowsky, 1988).

2.2. CELSO FURTADO E OUTROS AGENTES DO CENÁRIO ECONÔMICO

Como vimos, Celso Furtado foi importante teórico do desenvolvimento, mas também um agente público que buscou concretizar suas ideias na formulação de políticas voltadas à transformação do Brasil, sobretudo, do ponto de vista estrutural. Sua atuação à frente da SUDENE, por exemplo, demonstra seu compromisso em combater a dependência econômica e as desigualdades regionais, combinando as bases de sua teoria econômica: planejamento estatal, industrialização e justiça social.

No entanto, vimos também que suas propostas enfrentaram resistência das elites políticas e econômicas, o que culminou em seu exílio após o golpe de 1964. Porém, mesmo afastado do cenário político nacional, Furtado seguiu influenciando o pensamento econômico latino-americano, podendo ser considerado uma referência no debate sobre desenvolvimento econômico, em especial no Brasil.

Há que se observar, todavia, que as proposições de Celso Furtado estão inseridas em um cenário mais amplo de disputas intelectuais sobre os rumos da economia brasileira ao longo do século XX, algo que não podemos perder de vista, dada a abordagem teórico-metodológica adotada na pesquisa.

[...] uma possibilidade de se pensar a relação entre indivíduo e sociedade de maneira menos dicotômica e mais tensionada, no sentido de dar conta, em um estudo biográfico, dos condicionamentos sociais e das singularidades individuais, resguardando-se ainda o aspecto dinâmico de tal interação. (Schmidt, 2012, p. 197)

Diferentes correntes buscaram interpretar os desafios do país, ora convergindo, ora se opondo à visão estruturalista furtadiana. A análise dessas abordagens permite compreender os contrastes entre projetos desenvolvimentistas, muitas vezes heterodoxos, que marcaram o debate econômico brasileiro no último século. Levar os estudantes a refletir e problematizar esses distanciamentos e aproximações, pode ser uma possibilidade interessante para discutir as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do período.

O espaço social dos técnicos-economistas organizou-se, desde seus primórdios, mediante inúmeras disputas – disputas dos técnicos com outros agentes políticos, especialmente parlamentares e representantes patronais; disputas entre diferentes segmentos da burocracia econômica, como as divergências, por exemplo, entre grupos do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda em torno da criação do Banco Central, e ainda lutas internas entre diferentes grupos de economistas. (Loureiro, 1997, p. 32).

Segundo Bielschowsky (1988), o debate sobre a economia brasileira no século XX “mobilizou os autores mais importantes do período e produziu cinco diferentes correntes de ideias”, dentre as quais, a neoliberal, que tinha como principais representantes Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões, que se opunham aos desenvolvimentistas e defendiam a não industrialização, além de contestar a participação do governo na economia, afirmando que a intervenção estatal deveria ser a mínima possível.

Além dos neoliberais, havia a corrente desenvolvimentista, que como resultado de sua heterogeneidade, produziu três perspectivas de análise econômica diferentes, “a do setor privado, representada por Roberto Simonsen; a do setor público não-nacionalista, representada por Roberto Campos [e]; a do setor público nacionalista, liderada por Celso Furtado”. Por fim, havia a corrente socialista, liderada por Ignacio Rangel, que “teve seu pensamento econômico analisado como independente das demais correntes”. (Bielschowsky, 1988).

Não pretendemos aqui, no entanto, aprofundar ou explorar em profundidade as teorias econômicas que circularam nos meios acadêmicos, políticos, econômicos ou mesmo sociais do Brasil no intervalo entre os 1945-1964, optamos por trazer “alguns” elementos de outras concepções econômicas, além da teoria furtadiana, com o objetivo de evidenciar as contradições e disputas no período.

2.2.1. OS NEOLIBERAIS

A corrente neoliberal foi, juntamente com a desenvolvimentista-nacionalista, a mais importante expressão do pensamento econômico brasileiro no período estudado. Foi sempre uma ativa participante do debate econômico, seja como formuladora de políticas econômicas criticadas pelos desenvolvimentistas, seja como formuladora de críticas às proposições destes últimos. (Bielschowsky, 1988, p. 43).

A corrente neoliberal do pensamento econômico brasileiro se organizou em torno de instituições como a Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Nacional de

Economia, e foi a partir de Eugênio Gudin, economista carioca e um de seus principais líderes, que com base nos novos condicionantes do pós-guerra, passou a admitir certa intervenção estatal de cunho saneador em situações consideradas excepcionais (Bielschowsky, 1988).

Essa inflexão, porém, não afastava a essência do princípio fundamental defendido por Gudin, qual seja, a ideia de que o equilíbrio monetário e a redução do papel do Estado constituiriam as bases de uma alocação eficiente dos recursos, sobretudo em economias onde ele acreditava haver pleno emprego estrutural que inviabilizava políticas expansivas inspiradas em Keynes.

Os economistas neoliberais preocupavam-se, primordialmente, em defender o sistema de mercado, como fórmula básica de eficiência econômica. Eram, portanto, primordialmente liberais. O prefixo "neo" tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira. (Bielschowsky, 1988, p. 43).

O contraste com o pensamento de furtadiano surge de maneira clara quando se considera a ênfase que Celso Furtado atribuía aos fatores de heterogeneidade estrutural que marcavam o subdesenvolvimento brasileiro.

Enquanto Gudin sustentava que a eliminação dos desequilíbrios econômicos ocorreria pela via do controle monetário e pela suposição de que o livre funcionamento dos mercados conduziria ao ajuste necessário, Furtado insistia na necessidade de se compreender a disparidade na distribuição de renda e no acesso a recursos produtivos, o que o levou a propor estratégias nacionais de industrialização e políticas de planejamento econômico (Furtado, 1961).

Havia, portanto, uma tensão entre um receituário liberal focado em rigidez monetária e a visão de que o desenvolvimento não se restringia ao simples aumento de variáveis macroeconômicas, mas envolvia a superação de estruturas sociais excludentes.

A biografia intelectual de Furtado, especialmente após sua experiência na CEPAL reforçou a perspectiva de que as economias latino-americanas se distinguiam das desenvolvidas por sua especialização em produtos primários, por rigidez institucional e por uma industrialização tardia e incompleta. Furtado via na ação estatal

um meio indispensável para corrigir desequilíbrios que o mercado, por si só, não seria capaz de sanar. (Furtado, 2014).

Tal perspectiva contrastava com a proposta de Gudin de que o capital estrangeiro, sob condições de estabilidade monetária e cambial, poderia suprir eventuais falhas de investimento, dispensando a intervenção do Estado em infraestrutura ou na modelagem de políticas industriais (Bielschowsky, 1988).

O choque de visões fica ainda mais evidente no que se refere às políticas de estabilização e à interpretação da inflação. O pensamento neoliberal detectava no aumento da quantidade de moeda e nos déficits orçamentários a origem primária dos surtos inflacionários, negligenciando debates sobre a subutilização de força de trabalho ou sobre a capacidade ociosa em determinados setores. (Bastos, 2012).

A análise furtadiana, pelo contrário, era marcada por sua compreensão histórica dos ciclos de expansão e retração, apontando para aspectos estruturais da formação de preços, sobretudo quando considerava o peso das importações de bens de capital e a vulnerabilidade das exportações brasileiras a oscilações nos termos de troca.

Se, para Gudin, a inflação se combatia sobretudo pela contenção do gasto público e pela disciplina monetária (Bastos, 2012), Celso Furtado sustentava a necessidade de repensar a estrutura produtiva, de modo que a indústria interna pudesse absorver parcelas crescentes da força de trabalho sem estrangular o balanço de pagamentos (Furtado, 2014).

Bielschowsky (1988) revela como a corrente neoliberal foi, juntamente com a desenvolvimentista nacionalista, a mais importante expressão do pensamento econômico brasileiro no período, pois conseguiu articular instituições de grande prestígio em torno de uma pauta liberal, difundindo ideias que se chocavam frontalmente com os projetos estatistas formulados pelos defensores de uma industrialização mais autônoma.

O principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). [...] Eugénio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas económicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). A partir de 1948, a equipe passou a editar a Revista Brasileira de Economia [...]. Em 1952, a equipe passou a controlar a outra importante revista da FGV, ou seja, a Conjuntura Econômica [...]. Gudin e Bulhões introduziram o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à ciência econômica e foram, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os líderes intelectuais da Faculdade de Economia [...]. A segunda instituição de pensamento econômico neoliberal em ordem de importância no debate brasileiro foi o Conselho Nacional de Economia. [...] A Confederação Nacional do Comércio (CNC), a

Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP) foram também núcleos do pensamento econômico neoliberal de certa relevância. (Bielschowsky, 1988, p. 44-45).

Nesse sentido, as oposições de Gudin aos mecanismos de proteção estatal e à adoção de planejamentos setoriais conversavam com grupos empresariais urbanos contrários a maiores regulações, como a Confederação Nacional do Comércio e outras entidades, para as quais um excesso de intervenção poderia desestimular a iniciativa privada. O projeto furtadiano, por sua vez, representava a antítese dessa confiança inabalável nos automatismos de mercado.

O fato de Gudin ter desenvolvido uma reflexão mais “sofisticada” sobre o livre-cambismo (Curi; Cunha, 2011), adaptando-o à realidade dos países subdesenvolvidos, não eliminava a distância ideológica que o separava de Celso Furtado. Embora admitisse, em teoria, a importância de algum grau de intervenção estatal para corrigir imperfeições de mercado, o economista carioca se mantinha reticente quanto ao caráter permanente dessas intervenções, preferindo a via dos ajustes pontuais em vez de um planejamento de longo prazo.

Já em Furtado, identifica-se teses de que o atraso brasileiro exigia uma transformação estrutural amparada pela construção de bases industriais sólidas, apoiadas por mecanismos de crédito direcionado, políticas de educação e um sistema de planejamento capaz de coordenar investimentos. (Furtado, 1965).

A convicção liberal de que o fluxo de capitais externos representaria o melhor caminho para dinamizar a indústria brasileira chocava-se com a influência da CEPAL, que via nos termos de troca desfavoráveis e na dependência tecnológica fatores que perpetuavam o subdesenvolvimento (Bielschowsky, 1988).

Assim, o embate de Gudin e Furtado refletia concepções diametralmente opostas sobre a forma de superar o atraso: para um, bastaria criar um ambiente macroeconômico estável, coibir a inflação e abrir portas ao capital estrangeiro; para o outro, a industrialização demandaria um Estado comprometido com a construção de infraestrutura e com a regulação de interesses privados que, de resto, poderiam perpetuar desigualdades regionais e setoriais. (Bielschowsky, 1988).

Nesse contexto, Furtado, conhecido por ser uma das vozes mais expressivas do desenvolvimentismo nacionalista, erguia sua análise em torno de uma observação empírica dos limites históricos do modelo agroexportador. Sua famosa e já referida obra, *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959, explorou a longa duração

das estruturas coloniais que ainda persistiam na República, somando-se à pobreza de setores amplos da população (Furtado, 1959).

Em paralelo, Gudin mantinha ativa participação em revistas como a *Conjuntura Econômica* e a *Revista Brasileira de Economia*, defendendo incansavelmente “a oposição ao protecionismo” e a contenção do que considerava um crescimento desordenado do gasto público, algo que, em sua avaliação, sacrificava a estabilidade monetária (Bielschowsky, 1988, p. 43).

Furtado, por sua vez, recorreu a estudos de conjuntura que foram fundamentais para conceber a ideia de industrialização como processo interdependente de modificações sociais. Ao estudar a economia do Nordeste, percebeu a profundidade das disparidades regionais e a consequente limitação do mercado interno para sustentar uma expansão industrial rápida. (Furtado, 1959).

Enquanto Gudin insistia em que o Estado deveria evitar se envolver em empreendimentos de infraestrutura, acreditando que o capital estrangeiro poderia supri-los com mais eficiência, Celso Furtado observava que, sem a atuação do poder público, as regiões mais pobres jamais se integrariam às dinâmicas industriais do Sudeste. Assim, para Furtado, a dependência exagerada de capitais externos, longe de assegurar o desenvolvimento, perpetuaria a vulnerabilidade de uma economia cujas bases produtivas vinham historicamente condicionadas pela exportação de bens primários.

A crítica que Furtado fazia aos postulados liberais não se limitava, portanto, a argumentos conjunturais. Ele destacava que o desenvolvimento não se reduzia ao crescimento do produto interno bruto, mas envolveria o resgate de segmentos marginalizados e a superação de entraves estruturais que mantinham o Brasil numa posição subordinada no comércio internacional (Furtado, 1959).

Desde suas reflexões sobre a inflação brasileira até suas ideias acerca da necessidade de um sistema de planejamento, Furtado sustentava que a economia de mercado, ao privilegiar a busca de lucro imediata, não produziria um equilíbrio socialmente justo.

O discurso de Gudin, ao contrário, evocava reiteradamente a hipótese de pleno emprego, aspecto que dispensava o recurso a intervenções mais consistentes, já que, em sua ótica, uma vez restaurada a saúde monetária, a coordenação espontânea dos agentes propiciaria melhor alocação dos fatores de produção (Gudin, 1952).

Algumas diferenças se revelavam até mesmo no modo como os dois economistas concebiam o papel das ideias e do conhecimento econômico. Gudin, cioso de uma tradição teórica mais ortodoxa, estava menos inclinado a admitir releituras da teoria clássica sob influência de abordagens como a cepalina.

Já Furtado, vinculado ao legado de Prebisch, demonstrava que os critérios de eficiência e competitividade internacional se modificavam em países cujo dinamismo industrial ainda era recente e carecia de aperfeiçoamentos tecnológicos.

Dessa maneira, a mundialização de certos setores de ponta não se realizaria com a simplicidade prevista pelos liberais, pois a concentração de patentes e de tecnologias centrais nos países desenvolvidos anulava as supostas vantagens comparativas dos Estados subdesenvolvidos. Em vista disso, Furtado destacava que a ausência de um programa nacional de desenvolvimento significaria a resignação a um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho (Carvalho, 2006).

A convergência entre o discurso de Gudin e outros nomes de sua corrente, como Octávio Gouveia de Bulhões, apontava para a prioridade do combate à inflação, a prática de taxas de câmbio administradas e a recusa da política cambial de sucessivas desvalorizações, visto que, para eles, a raiz dos desequilíbrios cambiais seria a própria expansão monetária interna (Bielschowsky, 1988).

Furtado, por sua vez, ainda que não negasse a importância de manter certo controle inflacionário, destacava que o rigor monetário, quando conduzido sem preocupações de crescimento real, agravava a dependência externa e reduzia as possibilidades de modernização industrial. Em síntese, ele não via a inflação apenas como fenômeno monetário, mas como resultado de choques estruturais e de expectativas desiguais por parte dos agentes produtivos.

Esse embate de projetos permeou a formação e a atuação de órgãos governamentais ao longo do período, contribuindo para legitimar, em diferentes momentos, tanto iniciativas de planejamento desenvolvimentista quanto medidas ortodoxas de estabilização.

Se a equipe de Gudin considerava excessiva a participação do Estado na economia, criticando abertamente o que chamava de “propostas estatizantes”, Furtado e seus pares sustentavam que as condições históricas de países subdesenvolvidos, como o Brasil, exigiam do poder público a capacidade de orquestrar os recursos nacionais em função de metas de longo prazo. Não se tratava

de suprimir a iniciativa privada, mas de conduzi-la a esferas estratégicas, construindo um ambiente propício à diversificação produtiva.

Conforme o exposto, haviam diferenças significativas entre o pensamento de Furtado e o de Gudin. Para este, a ortodoxia econômica deveria prevalecer para garantir credibilidade e atrair capitais; para aquele, a simples abertura ao investimento estrangeiro não corrigiria desequilíbrios herdados da formação colonial, exigindo, portanto, que se formulasse um projeto nacional de desenvolvimento que superasse os limites do mercado autorregulado.

O período de 1945 a 1964 condensou boa parte dessas disputas, e a figura de Furtado ganhou destaque justamente porque tensionava as bases do liberalismo, ao mesmo tempo em que questionava a centralidade das finanças e do capital estrangeiro, tão caras aos neoliberais brasileiros.

Os escritos de Gudin, que rejeitavam sistematicamente políticas de incentivo direto à industrialização, tendiam a desqualificar o aporte teórico estruturante fornecido pelas análises de caráter histórico-institucional. Em contrapartida, o pensamento furtadiano mostrava que o “fazer-se industrializado” seria um processo longo, exigindo coordenação interna consistente e a assunção de riscos que o mercado, por si, não arcaria com facilidade, sobretudo em setores de baixa rentabilidade inicial (Carvalho, 2006).

2.2.2. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PRIVADO

O desenvolvimento industrial brasileiro, ao longo do período que sucede a década de 1930, foi defendido por distintos grupos que não raro convergiam em alguns objetivos e divergiam em estratégias fundamentais. A chamada corrente desenvolvimentista do setor privado, personificada na liderança de Roberto Simonsen, criou um ideário que buscava articular a industrialização planejada com a expansão do capital nacional, sem no entanto, excluir a participação estrangeira. (Bielschowsky, 1988).

Segundo Bielschowsky (1988), esse agrupamento intelectual e político foi alimentado sobretudo pela atuação de entidades como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria. A partir de tais núcleos, líderes como Simonsen,

Euvaldo Lodi e Jorge Street acreditavam na “montagem de uma estrutura industrial moderna, semelhante à das economias capitalistas maduras” (Bielschowsky, 1988, p. 93).

Essas concepções, amadurecidas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, reforçavam a crença de que a consolidação de indústrias de base, como a siderurgia e a grande indústria química, seria indispensável para retirar o Brasil do atraso. Roberto Simonsen se destacou por sua militância intelectual e política ao defender que a falta de um planejamento adequado comprometeria a capacidade do país de caminhar rumo a uma economia diversificada (Santos, 2019).

O engenheiro, empresário e senador pela legenda do PSD via nas instituições de Estado o parceiro ideal para impulsionar a industrialização, embora destacasse a primazia da iniciativa particular na condução do processo. Essa atitude se coadunava com a perspectiva de que, por mais que o mercado fosse importante na alocação de recursos, as “fraquezas estruturais” de países subdesenvolvidos exigiriam medidas de apoio e proteção por parte do poder público, principalmente no que se referia a investimentos de base e à provisão de infraestrutura. (Bielschowsky, 1988)

Para Simonsen (*apud* Bielschowsky, 1988, p. 99) “No atual estágio da civilização e da política internacional não se pode conceber a ideia de nação sem a do protecionismo”, ou seja, ele mostra a convicção de que a competição internacional tenderia a prejudicar economias em estágio incipiente de industrialização.

Na perspectiva de Simonsen, uma abertura comercial irrestrita poderia travar o nascimento de setores fundamentais para o crescimento interno, e simétricas trocas de produtos acabariam sendo inviáveis, dadas as assimetrias de produtividade entre centros industriais consolidados e países emergentes. A herança das políticas varguistas, com ênfase no protagonismo do Estado, fortalecia esse ponto de vista, pois já se vislumbrava o risco de dependência crônica se a indústria nascente ficasse exposta a pressões externas sem qualquer escudo tarifário ou incentivo público. (Bielschowsky, 1988).

É possível estabelecer alguma aproximação entre esse desenvolvimentismo empresarial e o pensamento de Furtado ao observamos a ênfase comum sobre a urgência de industrializar o Brasil para romper a lógica do subdesenvolvimento. Furtado, sobretudo após sua atuação na CEPAL, entendia que a industrialização seria a forma de superar estruturas coloniais e de incrementar a renda nacional.

Desse ponto de vista, ambos convergiam na compreensão de que continuar como mero exportador de produtos primários significaria perpetuar uma condição subordinada na divisão internacional do trabalho. Ainda que Simonsen não tenha alcançado uma análise teórica tão sistemática acerca dos desequilíbrios externos quanto veríamos mais tarde em Furtado, ele reconhecia que a saída para a “vulnerabilidade às crises econômicas” passaria pelo fortalecimento do mercado interno e pela ampliação da capacidade produtiva. (IPEA, 2010).

Ao mesmo tempo, existem alguns distanciamentos importantes entre os dois desenvolvimentismos. A análise estruturalista de Furtado (1959), apoiada em categorias como “deterioração dos termos de troca” e “desigualdade distributiva”, avançava no sentido de vincular o progresso industrial às transformações sociais, questionando não apenas a forma como se daria a geração de excedentes, mas também como esses excedentes seriam apropriados.

A tese furtadiana postulava que o subdesenvolvimento era um fenômeno mantido por uma conjugação de fatores históricos e internacionais, obrigando o Estado a desempenhar um papel estratégico na regulação do mercado e na indução ao investimento. (Furtado, 1959).

Em Simonsen, a defesa do planejamento economicamente centralizado convivia mais abertamente com a ênfase no lucro privado como motor imprescindível do processo, sinalizando seu compromisso com a proteção das oportunidades de negócio. “É possível planificar a economia de um país dentro de um regime democrático, garantindo a primazia da iniciativa particular” (Simonsen, *apud* Bielschowsky, 1988, p. 101).

Tal divergência se revelava, por exemplo, na menor preocupação de Simonsen em discutir os condicionantes estruturais da concentração de renda, tema que se tornaria central em Furtado. Enquanto este último sublinhava a heterogeneidade social do país, reivindicando mudanças nas relações de poder para que a industrialização abrangesse as camadas populares, o primeiro concentrou-se em como a indústria nacional poderia crescer e se consolidar a partir de incentivos estatais e barreiras tarifárias, sem questionar a lógica distributiva. (Bielschowsky, 1988).

A defesa do livre exercício da iniciativa privada, vital para a corrente desenvolvimentista do setor privado, reforçava a crença de que, uma vez oferecidos os instrumentos mínimos — mercado interno suficientemente consistente, incentivos

fiscais e protecionismo seletivo —, o empresariado levaria o país a um patamar de prosperidade.

Gudin foi o grande adversário teórico dos desenvolvimentistas brasileiros de orientação nacionalista. Um adversário aguerrido, sem dúvida, porque, politicamente, era um liberal e um conservador dos mais fervorosos. Talvez por isso mesmo sua discussão relativa à questão do planejamento econômico seja algo incompleta se comparada a outras questões essenciais. Predominou nessa questão sua obsessiva oposição política a intervenções do Estado na economia, que considerava corresponderem a perigosas concessões ao socialismo. Daí decorre o tom marcadamente ideológico de alguns de seus textos. (Bielschowsky, 1988, p. 49).

Se a visão furtadiana conectava a industrialização com um projeto de nação preocupado em redirecionar o excedente econômico para políticas públicas e reformas sociais, a tradição de Simonsen dava prioridade à competitividade industrial brasileira. Nesse sentido, não havia, nos discursos do líder empresarial, a crítica aguda ao papel do capital estrangeiro que se veria em segmentos mais nacionalistas.

Furtado, por outro lado, apontaria mais tarde que a dependência financeira e tecnológica poderia embaraçar o surgimento de um setor industrial genuinamente autônomo. Para Simonsen, os capitais internacionais entrariam para complementar as insuficiências domésticas, mas sem abrir questionamentos sobre possíveis imposições de fora ou sobre a vulnerabilidade da balança de pagamentos (IPEA, 2010).

O principal consenso entre Simonsen e Furtado esteve na recusa ao liberalismo ortodoxo. Ambos sustentavam que o ritmo “natural” dos mercados não seria suficiente para assegurar a superação do atraso. Mas sua convergência iria apenas até onde não se questionasse o núcleo fundamental do empresariado nacional.

Enquanto Furtado debatia questões cada vez mais amplas sobre a estrutura social, Simonsen seguia na defesa dos ganhos que o setor privado teria com o planejamento. A adoção de um “pensamento prático” era típica do engenheiro e industrial, ao passo que o olhar de Furtado incorporava a complexidade das relações centro-periferia.

Nesse contexto, Bielschowsky (1988) sugere que o desenvolvimentismo de setor privado começou a perder ímpeto quando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), reduziu seu protagonismo na segunda metade dos anos 50, abrindo espaços para economistas de outras correntes. Contudo, o legado de Simonsen sobreviveu sob a forma de revistas como *Desenvolvimento e Conjuntura*, publicadas pela CNI, e

do próprio debate que passou a opor defensores de uma ampla participação estatal aos partidários de uma economia mais aberta às iniciativas privadas.

Furtado, nesse ínterim, firmava-se como expoente de uma vertente que, embora se definisse também como desenvolvimentista, aproximava-se do que se chamou de nacionalismo econômico, voltado para a defesa de políticas de substituição de importações com forte liderança pública.

2.2.3. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PÚBLICO (NÃO-NACIONALISTAS)

Advém da presença de Roberto Campos no debate desenvolvimentista brasileiro, especialmente a partir de sua atuação no setor público, a defesa de uma industrialização intensiva aliada a uma política de atração de capitais externos, além da crença de que o Estado deveria mobilizar-se como indutor de investimento, embora sem assumir o papel de ator dominante. Por essa via, Campos definiu-se, ao longo dos anos 1950, como parte de uma vertente do pensamento desenvolvimentista “não-nacionalista”, ou seja, favorável a um processo de modernização industrial cada vez mais internacionalizado. (Bielschowsky, 1988).

Tal alinhamento contrastava com outro grupo de desenvolvimentistas (os nacionalistas) que, desde muito cedo, reivindicava maior presença estatal na posse e controle dos setores de base e demonstrava ceticismo quanto ao papel efetivamente positivo do capital estrangeiro. Embora Campos não renegasse o planejamento econômico, defendido por Celso Furtado, por exemplo, pautava-se por uma convicção liberal moderada, pois sustentava que a participação do capital externo deveria complementar a escassez de recursos internos.

Nesse projeto, que seria partilhado pelos desenvolvimentistas nacionalistas, vários dos principais nomes de destaque na fase inaugural constituem o grupo central da corrente desenvolvimentista não-nacionalista. São eles: Horacio Lafer, Valentim Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e em fase de gestação ideológica de um posterior alinhamento, o então nacionalista Roberto Campos. Naquele momento ainda de amadurecimento do projeto desenvolvimentista, foi graças ao entusiasmo com que esses homens apoiaram o ponto fundamental do ideário desenvolvimentista, ou seja, o projeto de industrialização planejada, que as divergências que os separavam da maioria de seus colegas desenvolvimentistas do setor público permaneceram em segundo plano. (Bielschowsky, 1988, p. 123).

Para Bielschowsky (1988), há uma compreensão de como essa corrente desenvolvimentista minoritária no setor público, pouco numerosa mas influente, adquiriu projeção. O autor lembra que “havia, então, toda uma inclinação ideológica, por parte da maioria dos adeptos do projeto de superação do atraso brasileiro pela via da industrialização, no sentido de desconfiar das possibilidades de se obter um concurso positivo do capital estrangeiro nesse projeto”, mas, paralelamente, “a corrente que, por falta de outro termo melhor, chamamos aqui de desenvolvimentista ‘não-nacionalista’ compunha-se daquela minoria de economistas que vislumbravam tal possibilidade” (Bielschowsky, 1988, p. 121-122).

Aprofundando tal ponto, Bielschowsky (1988) afirma que, no grupo desses “não-nacionalistas”, Roberto Campos despontava como o membro de maior destaque. A figura do diplomata, formado em economia pela Universidade de Columbia, chamava atenção pela “boa base teórica”, a “cultura vasta” e, sobretudo, pela “verve crítica” que lhe permitia relacionar com brilho ideias contrárias à ortodoxia liberal estrita, porém abertas a uma internacionalização acelerada.

Não por acaso, Campos esteve na linha de frente de iniciativas como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada em 1951, e o BNDE, criado pouco depois. Em ambos os projetos, exercia a dupla condição de técnico para negociar financiamentos externos e de intelectual convicto de que, sem a presença desses capitais, o País teria dificuldades para cumprir, em tempo hábil, as metas de formação de infraestrutura. (Bielschowsky, 1988).

Em seus textos, geralmente publicados pelo “diário *Correio da Manhã* e pelo periódico *Digesto Econômico*” (Bielschowsky, 1988, p. 125), Campos abria caminho para alianças com setores liberais tradicionais ao condenar “equívocos de política econômica” e a interferência equivocada do governo que, sob o pretexto de proteger o mercado interno, distorceria preços e diminuiria a oferta relativa.

Mas sua análise não se confundia com o conservadorismo de Gudin, por exemplo, pois havia nele uma aceitação genuína do planejamento estatal como ferramenta de coordenação do esforço industrializador, o que é um ponto de aproximação com a proposta de Celso Furtado. Para Campos, não se tratava de confiar apenas no livre jogo das forças de mercado, mas de equilibrar intervenções pontuais e seletivas para contornar a “debilidade da iniciativa privada local”. Ao mesmo tempo, via nos capitais internacionais uma fonte imprescindível de recursos e *know-how* (Godoi, 2007).

Campos acreditava ser necessário calibrar a tributação de modo a garantir receitas para investimentos em setores que o mercado privado não quisesse — ou não pudesse — assumir. Entretanto, a prioridade da participação direta do Estado deveria se limitar à “ocupação de vácuos”, jamais tomando a dianteira em ramos onde o capital privado, nacional ou estrangeiro, conseguisse operar em regime de concorrência, o que divergia, como já vimos, da abordagem furtadiana que preconizava a ação do Estado como o agente econômico responsável pelo desenvolvimento. (Bielschowsky, 1988).

Em tal perspectiva, é comum que se associe Campos a uma espécie de “ala direita” do projeto desenvolvimentista, uma vez que suas recomendações favoreceram a internacionalização de segmentos-chave — como a indústria automobilística, que floresceu durante o governo Juscelino Kubitschek.

Campos representa, no panorama político brasileiro do nosso período, a “ala direita” da posição desenvolvimentista. Trabalhou no projeto de industrialização do país e bateu-se pelo planejamento do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, defendeu a atração de capitais estrangeiros, inclusive para mineração e energia, e atacou a solução estatal para investimentos em quase todos os casos em que vislumbrava uma solução privada. (Bielschowsky, 1988, p. 123).

Segundo Bielschowsky (1988), a influência de Campos no debate intelectual da época e na formulação de programas setoriais foi decisiva para que o Estado brasileiro escolhesse o caminho de parcerias entre o poder público e multinacionais, ofertando facilidades diversas em troca da implementação de fábricas de bens de consumo duráveis e semi-duráveis. Desse modo, o BNDE consolidou-se como agência principal de financiamento, respaldando empreendimentos que, não raro, contavam com participação externa relevante.

A impressão deixada por tal arranjo não foi unívoca. Se de um lado a indústria brasileira cresceu de modo acelerado, aumentando a oferta de empregos urbanos, por outro surgiram críticas sobre o risco de dependência e concentração de lucros que se escoariam ao exterior, especialmente de Celso Furtado, que alertava que o capital estrangeiro poderia acelerar o crescimento, mas se não houvesse controle e um direcionamento estratégico sob condução decisiva do Estado, acabaria por reforçar a dependência externa e aprofundar as desigualdades, criando um desenvolvimento excludente. (Furtado, 1959).

2.2.4. OS DESENVOLVIMENTISTAS DO SETOR PÚBLICO (NACIONALISTAS)

O debate em torno do desenvolvimentismo nacionalista, que teve forte presença no setor público brasileiro a partir dos anos 1930, moldou parte das transformações institucionais que reorganizaram a atuação do Estado nas décadas seguintes.

Logo após a Revolução de 1930⁸, a concentração de poder no governo federal propiciou a criação de agências com atribuições de abrangência nacional, como o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Nacional de Águas e Energia, voltadas a delinear estratégias para modernizar a economia. Bielschowsky (1988, p. 151) observa que, nesses órgãos, formava-se “um conjunto de técnicos de governo preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro”, o que deu origem a uma corrente de pensamento que via na industrialização planejada o caminho histórico para superar a dependência agroexportadora.

O grande encontro dos desenvolvimentistas nacionalistas deu-se em meados dos anos 50, quando Furtado e Barbosa Oliveira fundaram o Clube dos Economistas, órgão que reuniu algumas dezenas de técnicos nacionalistas do governo federal e alguns desenvolvimentistas do setor privado. Deixou sua grande marca registrada na *Revista Econômica Brasileira*, que circulou entre 1955 e o início dos anos 60 e foi a principal difusora das ideias cepalinas no Brasil nesse período. (Bielschowsky, 1988, p. 154).

Nesse ambiente, destacava-se o forte viés nacionalista: prevalecia o convencimento de que a participação do Estado seria decisiva na condução de investimentos e na proteção dos setores básicos — como energia, transportes e siderurgia —, cuja importância excedia o mero cálculo de rentabilidade imediata.

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham, como principal traço distintivo, uma decidida inclinação pela ampliação da intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio a industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de

⁸ A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o Golpe de 1930. O clima de conflitos e forte insatisfação popular em várias regiões do Brasil gerou preocupação em setores militares de alto comando, que enxergavam a possibilidade de uma guerra civil. Então, chefes militares do Exército e da Marinha depuseram o presidente, instalaram uma junta militar que, em seguida, transferiu o poder para Getúlio Vargas. Fonte: Superior Tribunal Militar do Brasil, 2025.

planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Tratava-se de um conjunto de técnicos de órgãos do governo que pautavam seu exercício profissional pela ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras. Consideravam que a acumulação de capital nos setores estratégicos. (Bielschowsky, 1988, p. 152).

Ainda que esses desenvolvimentistas não fossem contrários em absoluto ao ingresso de capitais internacionais, consideravam fundamental submeter os fluxos externos a critérios de interesse público, sobretudo a partir da convicção de que a industrialização exigia “a garantia de um controle decisório ancorado internamente”. (Bielschowsky, 1988, p. 152).

Assim, a ideia de uma presença estatal refletia, na prática, o ceticismo quanto às ideias de nomes como os neoliberais Gudin e Bulhões, ou mesmo desenvolvimentistas como Roberto Campos, quanto à capacidade do capital privado — nacional ou estrangeiro — de arcar com projetos de infraestrutura e de base tecnológica sofisticada, imprescindíveis para enfrentar a disparidade de produtividade entre o setor moderno e os bolsões de subsistência.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), nomes ligados ao desenvolvimentismo nacionalista, como Rômulo de Almeida, Américo Barbosa de Oliveira e Ignácio Rangel, destacam-se atuando em órgãos como a Assessoria Econômica da Presidência da República ou o Banco do Brasil, começaram a consolidar práticas de política econômica marcadas por uma confiança maior no planejamento de médio e longo prazo. (Bielschowsky, 1988).

No entanto, o principal expoente desse conjunto de ideias, tornando-se, como define Bielschowsky (1988, p. 157), “a maior liderança intelectual do desenvolvimentismo nacionalista no país”, foi Celso Furtado.

Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil. Coautor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira. Seu flego inesgotável e sua admirável capacidade de combinar criação intelectual e esforço executivo, assim como sua habilidade e senso de oportunidade para abrir espaço as tarefas desenvolvimentistas que propagava, explicam a enorme liderança que exerceu entre os economistas da época. Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50. (Bielschowsky, 1988, p. 157).

Como já mencionamos, Celso Furtado graduou-se em Direito no início da década de 1940 e posteriormente se aproximou da economia por meio de estudos realizados na França e também pela vivência na CEPAL, ao lado de Raúl Prebisch.

Desde suas primeiras contribuições, vinculava a defesa de um nacionalismo econômico ao reconhecimento de que as estruturas periféricas tinham origem histórica peculiar, sujeitas a fortes ineficiências decorrentes de um padrão dual de produção. Em suas análises, o subdesenvolvimento brasileiro era resultado da articulação entre setores modernos e amplas áreas de produtividade baixa, havendo, por isso mesmo, a necessidade de políticas públicas estruturais que promovessem a homogeneização tecnológica e a elevação sustentada de renda. (Furtado, 1959).

A atuação de Furtado, no entanto, não ficou restrita ao plano teórico. Ao regressar ao Brasil, em meados dos anos 1950, chefiou o Grupo Misto CEPAL/BNDE, no qual elaborou estudos de programação econômica aplicados à realidade nacional. Tais estudos não se limitavam ao diagnóstico conjuntural, mas visavam identificar as “raízes históricas do atraso e os pontos de estrangulamento que só podiam ser vencidos mediante uma orquestração do Estado” (Bielschowsky, 1988, p. 159).

Posteriormente, teve participação decisiva na criação e no comando da SUDENE, concebendo um plano de desenvolvimento para o Nordeste que proferia prioridades de investimento, reforma nas relações produtivas e fomento de polos industriais locais. A própria concepção da SUDENE exemplificava seu caráter nacionalista, ao propor um organismo público capaz de reverter séculos de concentração econômica no Centro-Sul e de dependência externa.

O fio condutor do pensamento de Furtado — a visão estruturalista — sustentava que a industrialização periférica não poderia ser replicada como mero desdobramento do modelo clássico europeu; ela exigia uma formulação própria, considerando a rigidez de oferta em setores-chave, a heterogeneidade tecnológica e os entraves da baixa capacidade de importação de máquinas e insumos. (Furtado, 1959).

Daí sua crítica aos monetaristas — especialmente Gudin e Bulhões — que acreditavam ser viável controlar a inflação apenas por meio de políticas contracionistas, mesmo em momentos de expansão. A inflação, para ele, derivava de nítidos desequilíbrios setoriais, comuns ao ato de desenvolvimento tardio, implicando a necessidade de correções estruturais, mais do que de planos ortodoxos que esmagassem a demanda interna sem atacar os gargalos de oferta.

Enquanto Roberto Campos, do setor público “não-nacionalista”, perseguia a estabilidade como condição para atrair grandes investimentos externos e completava a infraestrutura com parceria de capitais estrangeiros em setores tidos como inviáveis ao empresariado nacional, Celso Furtado insistia em que a condução principal recairia no Estado e na construção de empresas e fundos públicos.

Para Furtado, contar com o capital internacional em áreas produtivas não estratégicas poderia ser um recurso tático, mas a emancipação econômica advinha de uma “participação direta e majoritária do Estado, internalizando decisões e integrando a indústria ao aparato de planejamento” (Bielschowsky, 1988, p. 159-160).

O nacionalismo surgia, então, como ingrediente fundamental, distinguindo esse segmento do pensamento público desenvolvimentista daqueles que admitiam maior liberalização. “A noção de nacionalismo desempenhou um papel fundamental como fator de mobilização e coesão política interna necessária à estabilidade do projeto desenvolvimentista” (Vizentini, 2003, p. 205).

Tal nacionalismo também transparecia na defesa de instrumentos de controle de remessas de lucros, pela preocupação com o risco de que parte significativa do excedente gerado pela industrialização fosse drenada ao exterior, dificultando a poupança interna para novos projetos. Não se tratava, para Furtado, de rechaçar sistematicamente a presença de multinacionais, mas de discipliná-la e associá-la ao interesse coletivo, de modo que a inovação, a difusão de técnicas e a complementaridade com a produção local se traduzissem em ampliação efetiva do bem-estar. (Bielschowsky, 1988).

A vertente nacionalista não se detinha, porém, apenas na dimensão produtiva. Embora em menor grau que nos anos seguintes, surgiam menções à necessidade de reformas sociais e distributivas. A SUDENE, nesse sentido, previa a modernização da agricultura do Nordeste e a contenção do processo de expulsão de trabalhadores rurais, pois Furtado considerava crucial ampliar a produtividade agrícola para liberar recursos que pudessem convergir ao setor industrial, sem que isso significasse marginalizar ainda mais as populações de baixa renda. (Furtado, 1958).

Como destaca Bielschowsky (1988, p. 156), “a ‘fé’ na industrialização como via de superação da miséria era, sem dúvida, otimista e mesmo ingênua, mas estava longe de ser conservadora”. Na verdade, o ideário furtadiano abria caminho para que, na década de 1960, se falasse de reformas de base e de políticas de distribuição de

renda, sem que isso rompesse a lógica do capitalismo industrial emergente. Tratava-se de um nacionalismo progressista, não necessariamente anticapitalista.

[Com a SUDENE] Furtado inaugura um novo campo de estudo no Brasil: o desenvolvimento regional. Significa dizer que, de modo simultâneo, conhecimento acadêmico especializado (economia), por um lado, mais a capacidade de articulação política, por outro, resultaram em algo novo, cujo objetivo seria o planejamento regional baseado na crítica das estruturas socioeconômicas, e não na ecologia, na seca. Furtado muda o foco, no sentido de desnaturalizar o problema. Em poucas palavras, afirma que o problema estaria no campo da cultura, não da natureza. Essa antropologização do problema trouxe à tona os verdadeiros atores: os coronéis e políticos (de vereadores a governadores e senadores) que se beneficiavam da miséria de homens e mulheres nordestinos. Quanto mais seca, mais latifúndio, miséria, concentração de renda, terra e voto de cabresto. (Barbosa, 2020).

O golpe de 1964 interrompeu bruscamente as possibilidades de consolidação e renovação da agenda desenvolvimentista nacionalista no setor público, colocando em suspenso os planos de incorporação de reformas sociais de maior envergadura.

Mesmo assim, o legado de Furtado permaneceu influente nas gerações seguintes de economistas, seja por suas análises históricas, seja pelo caráter articulador de sua perspectiva, que combinava investigação das raízes coloniais e compreensão dos limites impostos pela posição periférica do país na divisão internacional do trabalho.

2.2.5. SOCIALISTAS

A construção de um capitalismo industrial moderno, ideia que unificava grande parte dos economistas desenvolvimentistas e setores da elite política, não esgotou a diversidade de visões a respeito dos caminhos para superar a pobreza e a dependência histórica do Brasil. À esquerda, formou-se uma corrente de pensamento socialista, cujos expoentes estavam, em sua maioria, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou a organizações que dele se desgarraram. (Bielschowsky, 1988).

Os economistas de vertente socialista partiam de outra premissa: não bastaria estabelecer no país uma economia industrializada em moldes capitalistas, pois a base de exploração continuaria intocada. O objetivo último dos membros dessa corrente de pensamento, seria a transição para o socialismo, ainda que, na prática, prevalecesse

a tese de uma “etapa democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista” (Bielschowsky, 1988, p. 213) como condição prévia a avanços mais radicais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (Comite Central do PCB, 1980, p. 13 *apud* Bielschowsky, 1988, p. 227).

A interpretação de que o imperialismo seria o principal obstáculo ao desenvolvimento do Brasil, ao lado de resquícios semifeudais no campo, permaneceu hegemônica no pensamento econômico e político do PCB em todo o período de 1945 a 1964. Em termos de análise econômica, isso se traduziu numa forte ênfase na crítica à presença do capital estrangeiro nos setores-chave e na reivindicação da estatização de serviços públicos, energia, transportes e indústrias de base, além de uma reforma agrária radical que rompesse com a “estrutura colonial” da posse de terra.

O “desenvolvimento das forças produtivas”, para os socialistas, passava, em primeiro lugar, pela superação do monopólio da terra e pela eliminação da influência imperialista, “pois não há desenvolvimento genuíno enquanto prevalecerem as relações pré-capitalistas e enquanto a economia nacional se mantiver subjugada aos capitais externos” (Bielschowsky, 1988, p. 214).

A perspectiva do PCB oscilou conforme as flutuações políticas internas e a realidade internacional. Nos anos imediatos ao fim do Estado Novo (1945-1947), o partido adotou, de forma breve, uma orientação mais conciliadora, compondo-se com amplos setores por uma espécie de “união nacional” que garantisse reformas democráticas.

A cassação do registro do PCB, a cassação dos mandatos de seus parlamentares e a ascensão da Guerra Fria precipitaram uma virada radical, inaugurando o período “sectário” (1948-1954), no qual o *Manifesto de Agosto de 1950* pregava a formação de um “Exército Popular de Libertação Nacional” e a derrubada do governo por via armada.

Paradoxalmente, mesmo nesse período, o programa do partido continuava a afirmar que a revolução brasileira deveria ser “democrática e popular”, não socialista

em sentido estrito, consolidando a noção de que o país ainda passaria por uma etapa de desenvolvimento capitalista necessário, sob a hegemonia do proletariado.

A partir da posse de Juscelino Kubitschek em 1956, a “etapa democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista” se impôs no programa oficial do partido, reconhecendo que o “desenvolvimento capitalista nacional” era “o elemento progressista por excelência da economia brasileira” (Bielschowsky, 1988, p. 225). Significava aceitar a industrialização como progresso material, desde que associada a uma plataforma política que minasse o poder dos latifundiários e dos monopólios externos.

No centro dessa plataforma, estava a crítica dura ao imperialismo, definido nos moldes leninistas: um “último estágio do capitalismo” cuja lógica de concentração e busca de mercados transformava os países periféricos em meros fornecedores de matéria-prima e receptores de bens industriais, pagando remessas de lucros e *royalties*. (Bielschowsky, 1988).

Tais críticas se traduziam em algumas propostas-chave do grupo socialista: nacionalização de serviços públicos e empresas monopolistas; delimitação rigorosa dos espaços para o capital externo; controle das remessas de lucros; adoção do monopólio estatal de comércio exterior; e, especialmente, estatização da exploração de riquezas minerais, a exemplo do que havia acontecido com o petróleo e a criação da Petrobrás.

A insistência em “entregar a terra a quem a trabalha” completava a tônica socialista, reivindicando o confisco de latifúndios sem indenização e a formação de cooperativas agrícolas, inviabilizada, segundo eles, pela reação do latifúndio e pela limitada força política das organizações camponesas.

Entre os economistas socialistas mais proeminentes, Aristóteles Moura e Caio Prado Jr. dedicaram-se a estudar o papel do capital externo e do imperialismo. Moura, em *Capitais estrangeiros no Brasil* (1959), especifica dados sobre repatriação de lucros e conclui que a maior parte dos investimentos estrangeiros no país correspondia a reinvestimentos de ganhos obtidos aqui, o que, na visão do autor, significava a “sangria de recursos que compromete gravemente a capacidade de acumulação interna” (Moura, 1959, p. 306).

Já Caio Prado Jr., em *História econômica do Brasil*, procurou demonstrar como a formação histórica do Brasil estaria marcada pela “condição colonial” e se perpetuaria na medida em que a dependência de capitais externos, ao mesmo tempo

em que estimulava uma industrialização limitada, drenava parte do excedente ao exterior e mantinha intocados os privilégios das classes dominantes agrárias. (Prado Jr., 1945, p. 307)

Em ambos, prevalecia a convicção de que, sem um controle rígido das atividades do imperialismo e sem uma reforma agrária, “a estrutura econômica nacional se manteria essencialmente colonial”. (Bielschowsky, 1988).

Apesar disso, não havia, do ponto de vista teórico, profundidade dos economistas socialistas na teoria marxista da acumulação em economias periféricas. Seus trabalhos concentravam-se mais na narrativa de como o imperialismo, juntamente com o latifúndio, inviabilizaria qualquer industrialização autônoma caso não fosse efetivamente combatido.

Não se via, por exemplo, no PCB dos anos 1950, uma assimilação de categorias marxistas aplicadas às contradições internas do capitalismo brasileiro, exceto pela ênfase em “mais-valia” e “concentração de capital” como elementos de exploração. O debate era, sobretudo, direcionado pela urgência política de formular uma proposta nacionalista, reformista e antiimperialista que pudesse conquistar o apoio das massas trabalhadoras e de setores progressistas da burguesia, num projeto que em última instância, se encaminharia ao socialismo.

A partir de 1958, com o programa do V Congresso do PCB (1960), ficava cristalizada a tese de que se poderia conduzir a “revolução brasileiro” de forma “pacífica”, privilegiando o combate ao imperialismo, a reestruturação do campo pela reforma agrária e a intervenção do Estado nos chamados setores básicos — se possível, em regime de monopólio público.

Em termos práticos, isso significava apoiar o governo Kubitschek contra as alas “entreguistas” e golpistas, reivindicando, todavia, reformas de e a implantação de uma política de planejamento nacionalista que restringisse o papel dos capitais internacionais. Essa via, frequentemente alcunhada de “nacional-reformismo” pelas correntes mais radicais de esquerda, alimentou a convergência do PCB com alas progressistas de outras forças políticas durante o início dos anos 1960, sobretudo no governo João Goulart.

Porém, a ofensiva conservadora que se desdobrou após 1963 e o consequente golpe de 1964 interromperam as possibilidades de avanço das teses comunistas. O PCB mergulhou na clandestinidade, e novos rachas à sua esquerda questionaram a própria essência da “etapa democrático-burguesa”.

Ainda assim, a experiência intelectual socialista do período deixou como herança um conjunto de reflexões que, embora menos sofisticadas do que as que viriam a surgir do encontro entre marxismo e análises da dependência, iluminaram a crítica ao imperialismo e enfatizaram a necessidade de políticas estruturais de cunho nacionalista para que o Brasil superasse seu caráter agrário-exportador.

Nas palavras de Bielschowsky (1988, p. 214), “toda a reflexão econômica da corrente socialista está [...] sobredeterminada pela discussão interna no partido a respeito de sua tática revolucionária e de sua plataforma de lutas políticas”. Desse modo, o “etapismo” do PCB e a recusa de olhar a industrialização meramente como ponto de chegada forjaram um pensamento alternativo, convicto de que as grandes contradições brasileiras não se resolveriam sem a erradicação do latifúndio e a ruptura com as amarras do capital estrangeiro. (Bielschowsky, 1988).

CAPÍTULO 3: CONCEITOS PARA ENTENDER A BIOGRAFIA DE CELSO FURTADO APLICADA AO ENSINO DE HISTÓRIA

Os professores que lecionam a disciplina de História, em geral, devem saber que o ensino de História pressupõe, invariavelmente, o emprego de conceitos e que de algum modo, há uma inter-relação entre História e linguagem. Mas o que é um conceito, afinal? Quando uma palavra se torna conceito? Como esses conceitos são trabalhados em sala de aula?

A história dos conceitos ou história conceitual, campo de estudo dentro da História, já bastante consolidado em outros países, em especial na Alemanha, nos auxilia a pensar essa ideia de conceito, basicamente como uma palavra que indica algo para além do seu significado semântico.

Um dos principais teóricos da área, o historiador alemão Reinhart Koselleck, esclarece que, “naturalmente não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história” (Koselleck, 1992, p. 1).

Da mesma forma, nem todos os sentidos que uma palavra possui em determinada língua importam, é necessário que haja certo nível de teorização, reflexão e entendimento para que então ela se configure como conceito, ou seja, uma palavra que, necessariamente comporte uma história e indique algo para além da língua. (Koselleck, 1992).

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simplesmente. (Koselleck, 2006, p. 108).

No ensino de História, a utilização de conceitos pelos professores é tão comum e cotidiana que, alguns termos podem, eventualmente ser negligenciados, ainda que involuntariamente. Ao discutirmos a transição para a República no Brasil, por exemplo, é necessário e fundamental, atentar para os conceitos de monarquia, república e outros. Quando falamos sobre as civilizações da América, não podemos deixar de discutir o próprio conceito de civilização.

O professor, em geral, possui certa capacidade de abstração e problematização, que lhe permitem construir determinados encadeamentos que em

última instância, conduzem a uma compreensão mais ampla dos termos e conceitos que estão presentes em seu discurso. Esse processo, no entanto, não ocorre espontaneamente com os estudantes, que muitas vezes ainda não possuem tal capacidade de elaboração.

Precisamos, pois, criar mecanismos que possibilitem ao estudante conceber a ideia ou o conjunto de ideias que se apresentam além do termo em si.

[...] o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. [...] procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica. (Kirschner, 2007, p. 49-50).

Deste modo, deve haver um direcionamento do professor nesse sentido, criando situações de aprendizagem, repensando metodologias e didática, a fim de estimular a reflexão e problematização por parte do aluno, promovendo o processo construtivo de elaboração mental, assimilação e diferenciação dos conceitos, com relação às palavras em seu sentido primeiro, assim como sua aplicabilidade.

Dito isso, apresentamos, como dimensão propositiva da presente dissertação, um breve dicionário voltado aos docentes, que pode ser utilizado tanto como referencial teórico quanto como recurso didático em sala de aula, junto aos estudantes. Reunimos, nesse material, os principais termos e conceitos presentes na obra de Celso Furtado. Os conceitos aqui brevemente discutidos foram selecionados por critério de prevalência, tanto de aparição nas obras de Furtado, quanto e principalmente, na presente dissertação.

Entendemos que a seleção contempla termos/conceitos cuja apreensão é fundamental para a compreensão da discussão pretendida nesta dissertação, assim como para a análise da Obra de Celso Furtado acerca da realidade do país, especialmente ao que se refere ao ciclo desenvolvimentista no Brasil.

Acreditamos que esse breve dicionário, oferece subsídio teórico e pode ser uma ferramenta extremamente útil para o professor, especialmente para facilitar o entendimento de temas complexos que são trabalhados cotidianamente em sala de aula, mas muitas vezes, sem uma discussão conceitual mais elaborada.



PROFHISTÓRIA - UEMS

DICIONÁRIO
DE TERMOS E
CONCEITOS

*ESSENCIAIS NA OBRA DE
CELSO FURTADO*

ALEX SANDRO GIRALDELO

PREÂMBULO

A elaboração deste **Dicionário de Termos e Conceitos Essenciais na Obra de Celso Furtado** surge como desdobramento da reflexão proposta na presente dissertação, que tem como foco central a utilização da biografia como recurso didático no Ensino de História. Mais do que um simples glossário, este material se propõe a ser um instrumento que auxilie professores, estudantes e interessados na compreensão de conceitos fundamentais que estruturam o pensamento do economista Celso Furtado, notadamente no que se refere às dinâmicas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina.

A escolha pela organização em formato de dicionário se justifica pela necessidade de oferecer uma abordagem acessível, objetiva e sistematizada de termos recorrentes na obra do autor e também nesta dissertação, muitos dos quais são indispensáveis para compreender não apenas sua trajetória intelectual, mas também os desafios históricos, sociais e econômicos enfrentados pelo Brasil no século XX. Trata-se, portanto, de um recurso pedagógico pensado para favorecer o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto da educação básica, ao permitir que temas complexos da história econômica sejam traduzidos em linguagem didática, sem, contudo, perder o rigor conceitual.

Assim, cada verbete aqui apresentado foi elaborado a partir de uma cuidadosa análise da produção intelectual de Celso Furtado, considerando sua atuação enquanto economista, intelectual público e agente político, bem como os contextos nos quais suas ideias foram formuladas. O dicionário também dialoga diretamente com as competências e habilidades previstas no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, especialmente aquelas voltadas ao estudo das transformações políticas, econômicas e sociais do Brasil na segunda metade do século XX.

Para além de uma ferramenta de apoio ao trabalho docente, este material busca contribuir com a formação crítica dos estudantes, estimulando a reflexão sobre os processos históricos que moldaram as desigualdades regionais, a industrialização, os ciclos econômicos e os projetos de desenvolvimento no país.

Que este dicionário seja, portanto, não um ponto de chegada, mas um ponto de partida para investigações mais profundas, debates qualificados e práticas pedagógicas que coloquem em diálogo as trajetórias individuais, como a de Celso Furtado, com os grandes processos coletivos que configuram a história do Brasil.

SUMÁRIO

Capitalismo	92
Centro-periferia	92
Cultura.....	93
Desenvolvimento.....	93
Desenvolvimentismo	94
Economia	95
Estado	95
Estruturalismo Cepalino	96
Industrialização	96
Keynesianismo	97
Liberalismo	97
Nacionalismo.....	98
Neoliberalismo	98
Subdesenvolvimento	99
REFERÊNCIAS	100

Capitalismo

O capitalismo é um sistema econômico que organiza a produção e a distribuição de riquezas com base no mercado, na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro. No entanto, no contexto da produção de Celso Furtado, o capitalismo também é analisado como um sistema gerador de desigualdades. Há uma lógica intrínseca no capitalismo que, para o autor, aprofunda as disparidades entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, exacerbando as condições de dependência econômica e social.

No que Furtado denomina de economias periféricas, o capitalismo muitas vezes não reproduz os mesmos padrões encontrados nos países centrais. Em vez disso, ele se manifesta de forma dependente, subordinando os interesses locais aos das economias centrais, que exercem controle sobre tecnologias, capitais e mercados.

A base desse pensamento decorre do contato de Furtado com as ideias de Raúl Prebisch, cuja percepção indicava que o capitalismo na América Latina apresentava características distintas devido à posição periférica da região na economia global. O sistema capitalista internacional era marcado por uma relação desigual entre o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países em desenvolvimento), onde os ganhos do progresso técnico e econômico se concentravam nas economias centrais, enquanto os países periféricos enfrentavam limitações estruturais.

Centro-periferia

O conceito de centro-periferia, amplamente difundido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da qual Furtado foi membro, é central em sua análise do subdesenvolvimento. Nesse modelo, o centro representa as economias industrializadas e tecnologicamente avançadas, capazes de ditar os rumos do comércio internacional e da acumulação de capital. Por outro lado, a periferia abarca as economias subdesenvolvidas, especializadas na exportação de matérias-primas e dependentes de importações de bens industrializados.

O conceito de "centro-periferia" descreve a dinâmica econômica global entre países industrializados (centro) e nações exportadoras de produtos primários

(periferia). Segundo Prebisch, as economias centrais concentram o progresso técnico e a produção de bens manufaturados, enquanto as periféricas fornecem matérias-primas.

Essa relação resulta em uma deterioração dos termos de intercâmbio para os países periféricos, que precisam exportar volumes maiores de produtos primários para importar a mesma quantidade de bens industrializados. Consequentemente, os benefícios do progresso técnico e do comércio internacional tendem a se concentrar nos países centrais, perpetuando a desigualdade econômica global.

Cultura

Na perspectiva furtadiana, a cultura desempenha um papel central na busca pela autonomia das nações periféricas em relação aos centros hegemônicos, sendo fundamental que as sociedades periféricas valorizem e fortaleçam suas expressões culturais como forma de resistir

às imposições culturais e econômicas do capitalismo global.

Essa valorização da cultura local é essencial para romper o ciclo de dependência e subdesenvolvimento. Além disso, Furtado compreende a cultura como uma força motriz do desenvolvimento, criticando a visão limitada que reduz o desenvolvimento ao crescimento econômico.

O progresso só é efetivo quando respeita e integra as especificidades culturais de uma sociedade, pois um desenvolvimento econômico que ignora a cultura tende a ser alienante e desestruturante.

Desenvolvimento

Para Celso Furtado, o conceito de desenvolvimento vai muito além do simples crescimento econômico, se refere a um processo amplo e multidimensional que envolve a transformação estrutural das sociedades, considerando tanto as

condições materiais quanto os aspectos culturais, históricos e sociais.

O desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), mas deve englobar mudanças significativas nas

estruturas produtivas, na distribuição de renda e na qualidade de vida da população, respeitando as especificidades culturais de cada sociedade.

Furtado critica a visão convencional de desenvolvimento, que frequentemente associa progresso à simples industrialização e à reprodução de modelos econômicos das nações centrais nos países periféricos. Essa abordagem não leva em conta a realidade histórica e cultural das sociedades em desenvolvimento, resultando em um modelo de crescimento dependente e alienante.

Desenvolvimentismo

O conceito de desenvolvimentismo, está profundamente ligado à busca por alternativas de desenvolvimento que considerem as especificidades históricas, sociais e culturais dos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimentismo surge como uma resposta ao subdesenvolvimento e à dependência econômica, características das economias periféricas inseridas de maneira desigual no sistema capitalista global. A concepção furtadiana propõe que o Estado assuma um papel central na promoção do crescimento econômico, na modernização das estruturas produtivas e na redução das desigualdades sociais.

Furtado reconhecia a importância de estratégias que visassem à industrialização como um meio de romper com a dependência econômica e tecnológica em relação às nações centrais. Contudo, também alertava para os riscos de um desenvolvimento meramente imitativo, que reproduzisse padrões econômicos e sociais das economias desenvolvidas, sem considerar as realidades locais.

No contexto brasileiro, o desenvolvimentismo teve destaque nas décadas de 1950 e 1960, sendo marcado por políticas de industrialização por substituição de importações. Furtado foi um dos principais intelectuais a analisar criticamente esse modelo, destacando suas potencialidades e limitações.

Economia

Para Celso Furtado a economia não deveria ser entendida apenas como a soma de transações financeiras e comerciais, ou mesmo como um sistema de alocação eficiente de recursos, mas como um conjunto dinâmico de relações sociais e produtivas, influenciado por fatores históricos, culturais, sociais e políticos.

A economia na perspectiva de Furtado é um campo social e historicamente condicionado, no qual fatores estruturais e institucionais desempenham um papel fundamental, sendo o Estado visto como um agente transformador, capaz de reorientar a economia em direção a um crescimento mais justo e sustentável, com destaque para o planejamento estratégico como meio para atingir este fim.

Estado

O Estado desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento, segundo Celso Furtado. A intervenção do Estado era essencial para corrigir as falhas do mercado e as desigualdades estruturais que impedem o crescimento e a modernização. Furtado defendia políticas públicas focadas em coordenar os processos de desenvolvimento de forma integrada, sendo que o Estado deveria agir estrategicamente para fomentar a industrialização, a educação, a infraestrutura e a pesquisa tecnológica, por exemplo.

Sua interpretação era a de que o subdesenvolvimento não poderia ser resolvido apenas com investimentos do setor privado, correndo-se o risco de reforçar desigualdades e limitar a expansão do mercado interno, dessa forma, o setor público deveria coordenar e estimular os investimentos necessários.

Tal perspectiva estava alinhada as ideias Raúl Prebisch. Também para o economista, o Estado desempenhava um papel central no processo de desenvolvimento econômico, especialmente nos países periféricos da América Latina.

Prebisch acreditava que, devido às características estruturais dessas economias, o mercado por si só não seria capaz de superar as desigualdades e as limitações impostas pela divisão internacional do trabalho. O Estado, portanto, deveria atuar como um agente estratégico, responsável por corrigir as falhas de mercado, planejar e promover um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo.

Estruturalismo Cepalino

O termo estruturalismo cepalino refere-se a uma abordagem teórica que se baseia na análise das estruturas econômicas de países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina, com o objetivo de entender as causas do subdesenvolvimento e propor políticas para

a superação das desigualdades.

A corrente estruturalista foi influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), especialmente pelas ideias do economista argentino Raúl Prebisch, dentre outros teóricos, que acreditavam que o subdesenvolvimento não era um estágio transitório, mas sim um processo estruturado que resultava de relações desiguais entre os países centrais e periféricos.

Industrialização

Na visão de Furtado, a industrialização é um processo central para superar o subdesenvolvimento. Ela permite que uma economia subdesenvolvida rompa com a dependência da exportação de produtos primários — no caso do Brasil, uma herança do

colonialismo — e migre para uma estrutura produtiva mais complexa e diversificada.

Para Furtado, esse processo não pode ocorrer de forma espontânea: a industrialização deve ser estrategicamente planejada pelo Estado, com foco em setores econômicos específicos que utilizem recursos locais, gerem empregos e promovam o desenvolvimento regional.

Além disso, para o autor é fundamental reduzir as desigualdades internas. No caso brasileiro, Furtado sinalizou que a industrialização do Nordeste era essencial para reduzir desigualdades regionais e garantir uma integração efetiva da região ao crescimento econômico nacional.

Keynesianismo

O keynesianismo é uma teoria que deriva do pensamento do economista inglês John Maynard Keynes, cujos princípios podem ser sintetizados na ideia de que investimento público em setores estratégicos e a criação de políticas de planejamento econômico são fundamentais para promover o crescimento econômico estável.

Nesta teoria, enfatiza-se a importância de políticas fiscais e monetárias para estimular a demanda agregada, especialmente em momentos de recessão ou quando o setor privado é insuficiente para impulsionar o crescimento econômico.

Embora formuladas para economias desenvolvidas, algumas proposições de Keynes, tiveram influência significativa nas ideias de Celso Furtado, especialmente quanto ao papel do Estado como agente de transformação econômica.

Liberalismo

Para Celso Furtado, o liberalismo econômico, era visto como inadequado para as economias periféricas. A ideia de que os mercados poderiam se autorregular era incompatível com as realidades de subdesenvolvimento e dependência estrutural.

Segundo Furtado, o liberalismo negligenciava as desigualdades históricas e as relações de poder entre os países centrais e periféricos, agravando as disparidades econômicas globais e dificultando o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

De modo similar a Furtado, Prebisch criticava a visão liberal clássica que defendia o livre mercado como um meio para alcançar o desenvolvimento global. No contexto das relações desiguais entre os países centrais e periféricos, o liberalismo não favorecia os países em desenvolvimento, mas reforçava a dependência econômica das nações mais fracas em relação às potências industriais.

No modelo liberal, os países periféricos, ao se inserirem nas trocas internacionais sem barreiras, acabavam por exportar suas matérias-primas e importar produtos manufaturados, o que criava um ciclo de dependência e subdesenvolvimento.

Na perspectiva prebischiana assim como para Furtado, o liberalismo, nesse sentido, não era uma solução viável para os países periféricos, pois não oferecia a eles as condições necessárias para superar a assimetria estrutural das relações comerciais globais.

Nacionalismo

Na teoria furtadiana, o nacionalismo é um elemento essencial do planejamento econômico, pois reflete o compromisso com o desenvolvimento autônomo e a defesa dos interesses nacionais diante de forças externas, sem, no entanto, levar ao isolamento nas relações internacionais.

O nacionalismo econômico deveria se traduzir em políticas de industrialização, investimentos em setores estratégicos e fortalecimento da soberania econômica. Esse nacionalismo, contudo, deveria ser inclusivo e focado na superação das desigualdades internas, promovendo o bem-estar social.

Neoliberalismo

Para Celso Furtado, as políticas neoliberais, baseadas na redução do papel do Estado, na liberalização dos mercados e na privatização de empresas públicas, intensificavam as desigualdades sociais e regionais.

Furtado via o neoliberalismo como um retrocesso no projeto de desenvolvimento autônomo, uma vez que abandonava o planejamento estatal necessário para enfrentar as limitações estruturais das economias subdesenvolvidas.

No âmbito da CEPAL, Prebisch defendia que esse modelo favorecia os países centrais, que já detinham o controle das finanças globais e das tecnologias, enquanto prejudicava os países periféricos, que eram economicamente dependentes e não possuíam a infraestrutura necessária para competir no mercado global.

Para ele, as políticas neoliberais, ao promoverem a abertura irrestrita dos mercados e a redução das intervenções estatais, ampliavam as desigualdades e aprofundavam o subdesenvolvimento.

Subdesenvolvimento

Um dos elementos centrais de toda a sua produção intelectual, Celso Furtado vê o fenômeno do subdesenvolvimento como um processo histórico e estrutural, não como uma etapa transitória ou

estágio do processo de desenvolvimento, trata-se de uma condição direta ou indiretamente provocada pelo próprio sistema capitalista.

Para o autor, o subdesenvolvimento resulta de uma organização socioeconômica que perpetua desigualdades internas e dependência externa. As economias subdesenvolvidas são marcadas pela especialização em exportações primárias, pela concentração de renda e pelo baixo nível de industrialização, o que as impede de gerar crescimento e desenvolvimento econômico.

O subdesenvolvimento é ainda seria reforçado por um sistema econômico global que favorece os países centrais, ao controlar o fluxo de capital e tecnologia, enquanto a periferia permanece dependente da exportação de bens primários.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959.

FURTADO. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO. **Obra autobiográfica**: a fantasia organizada; a fantasia desfeita; os ares do mundo. Coordenação: Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO. **Diários intermitentes**: 1937-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos discutir como a trajetória do economista brasileiro Celso Furtado pode ser utilizada como ferramenta metodológica no ensino de História, relacionando sua biografia ao cenário desenvolvimentista brasileiro entre os anos de 1945 a 1964. Mais do que um estudo sobre sua vida e obra, este trabalho procurou refletir sobre as possibilidades de tornar o ensino da História mais significativo, sobretudo para os estudantes da educação básica, na medida em que propõe a biografia como mecanismo de aproximação entre os estudantes e o objeto de estudo.

No primeiro capítulo, discutimos o uso da biografia no ensino de História, partindo do pressuposto de que narrativas individuais podem ajudar a humanizar o estudo do passado, tornando os processos históricos mais concretos e próximos da realidade dos alunos. A biografia de Celso Furtado, nesse sentido, nos permitiu abordar não apenas sua atuação intelectual e política, mas também as contradições e desafios do pensamento desenvolvimentista no Brasil.

No segundo capítulo, analisamos o contexto do desenvolvimentismo brasileiro entre 1945 e 1964, destacando como as ideias de Furtado dialogavam (e muitas vezes confrontavam) outras correntes de pensamento da época. Sua atuação na Sudene e no Ministério do Planejamento, por exemplo, mostrou que suas propostas não se restringiram à teoria, materializando-se em políticas públicas que buscavam reduzir as desigualdades regionais e promover a industrialização do país.

Já no terceiro capítulo, retomamos a relação entre biografia e ensino de História, destacando como a trajetória de Furtado pode ser trabalhada em sala de aula para estimular a reflexão crítica dos estudantes. Foi nesse capítulo que propusemos o **Dicionário de Termos e Conceitos Essenciais na Obra de Celso Furtado**, que avaliamos serem essenciais para compreender a Obra de Celso Furtado e também essa dissertação, um recurso didático pensado para auxiliar professores na abordagem de conceitos fundamentais do pensamento econômico brasileiro.

Esperamos que haja o entendimento de que a biografia, quando utilizada de forma criteriosa, pode ser um importante instrumento pedagógico. Conhecer a história de Celso Furtado não significa apenas entender sua contribuição intelectual, mas também enxergar o Brasil do século XX por meio de sua ótica. No entanto, como discutimos ao longo do trabalho, é essencial evitar uma visão romantizada ou linear

da biografia, lembrando sempre que os indivíduos estão inseridos em contextos mais amplos, que influenciam e são influenciados por suas ações.

A trajetória de Celso Furtado, podemos dizer, é semelhante à de muitos outros intelectuais que, reconhecidos ou não, buscam cotidianamente superar os desafios históricos que ainda ressoam no presente da sociedade brasileira.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre o ensino de História e o uso de biografias como ferramenta didática, em especial no âmbito da UEMS e do PROFHISTÓRIA.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Rosa Freire de. Celso Furtado: um retrato intelectual. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org.): **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2018.
- ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. **Dimensões**, Vitória, vol. 32, 2014, p. 292-313.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, Vitória, vol. 24, 2010, p. 157-172.
- BARBOSA, José Luciano Albino. Furtado e a educação pela pedra, entranhada. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (eds.) **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)**: vol. 1. Campina Grande: EDUEPB, 2020.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, 2012, p. 779-810.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O legado de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 44, n. 1, jan./mar. 2024. p. 29-41.
- BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. 3. ed. São Paulo: Herder, 1968.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 3, 1982.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Interpretações sobre o Brasil. In: Loureiro, M. R. (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, G. A. DE M. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

CÊPEDA, Vera Alves. Capital, Trabalho e *Intelligentsia* – modernização e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (eds.) **Celso Furtado: a esperança militante** (Interpretações): vol. 1. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 229-249.

CURI, L. F. B.; CUNHA, A. M. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia. In: **XXXIX Encontro Nacional de Economia**. Foz do Iguaçu: ANPEC. 2011.

DINIZ, Clécio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento Regional. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org.): **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2018, p. 305-328.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. F. (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959.

FURTADO. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO. **Obra autobiográfica: a fantasia organizada; a fantasia desfeita; os ares do mundo**. Coordenação: Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO. **Diários intermitentes: 1937-2002**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GADELHA, R. M. A. F. Pensamento hegemônico versus emancipação: repensando a atualidade de Celso Furtado. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 15, n.2(26), 2004, p. 209-224.

GADELHA, R. M. A. F. O Brasil de Celso Furtado e a operação Nordeste. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. **A influência de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05112007-131413/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

GUDIN, E. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1952.

IPEA. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3 ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2010.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. **Textos de História**, v.15, n.1/2, 2007.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição a semântica dos tempos históricos: Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CPPGI/CEPE-UEMS nº 299, de 28 de setembro de 2021. Aprova a Reformulação do Regulamento do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade Universitária de Campo Grande. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 10.655, p. 154, 14 out. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul**: educação infantil e ensino fundamental. Organizadores Hélio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2019.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. **Desenvolvimento econômico brasileiro**: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília: IPEA, 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A formação intelectual de Celso Furtado. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do**

desenvolvimento. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 1-20.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. F. (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOURA, Aristoteles. **Capitais estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1993.

PESSÔA, Samuel. Celso Furtado é nosso melhor e nosso pior. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 76 n. 7, 2022, p. 12-17.

PIRES, Marcos Cordeiro. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado**: os desafios do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 70-136.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 371-377.

SANTOS, L. A. A. A alternativa para o progresso: o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. Celso Furtado: homem, obra e caminho. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 16, n. 37, jan./abr. 2024, p. 1-16.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOBRINHO, Adauto Moraes de Araújo; ALMEIDA, Maysa Almeida e. Desafios do ensino de História no ensino fundamental: uma abordagem bibliográfica. In: ALMEIDA,

Flávio Aparecido de. **Ensino de História**: histórias, memórias, perspectivas e interfaces. Guarujá: Científica Digital, 2021, p. 107-119.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. Celso Furtado: um militante da esperança. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org.): **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2018, p.17-34.

SOUZA, André; COSTA, Cleber; CARVALHO, Lisiane. As reformas de base e o golpe de 64. **Em Debate**, Florianópolis, n. 3, 2007.

VIZENTINI, P. G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. F. (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.